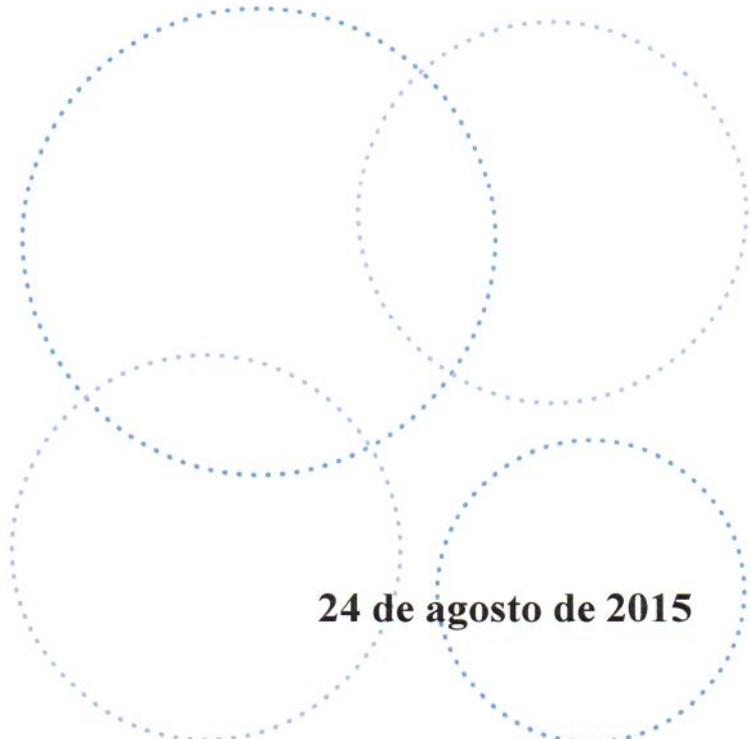


Relatório de Controles Internos

1º Semestre de 2015



24 de agosto de 2015

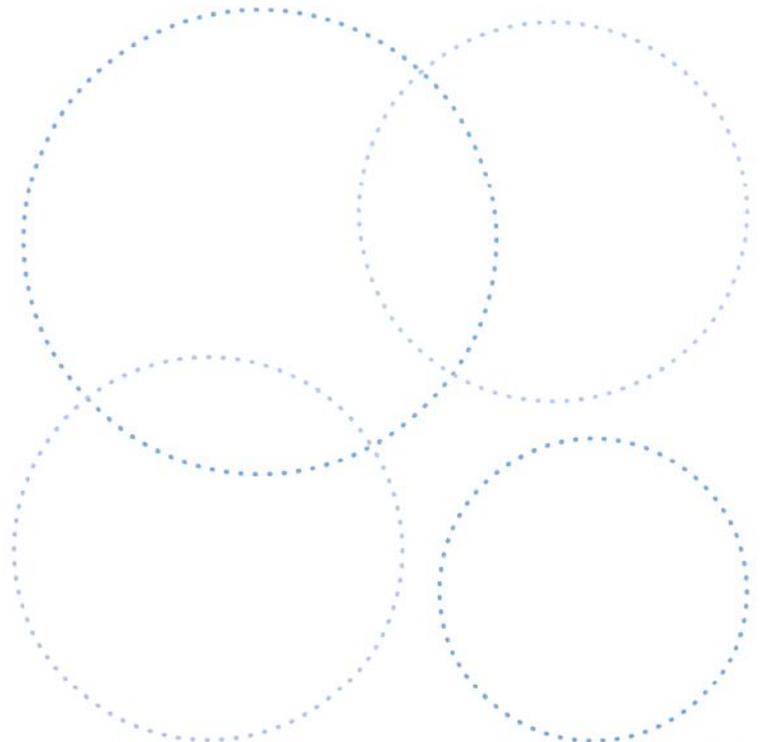


FUNPRESP-JUD

Fundação de Previdência Complementar do
Servidor Público Federal do Poder Judiciário

Sumário

INTRODUÇÃO.....	3
1 GESTÃO DOS INVESTIMENTOS.....	4
2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....	15
3 GESTÃO CONTÁBIL.....	18
4 CONTRATOS E LICITAÇÕES.....	21
5 GESTÃO DO PASSIVO.....	23
6 GOVERNANÇA.....	30
7 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
CONCLUSÕES.....	53



1

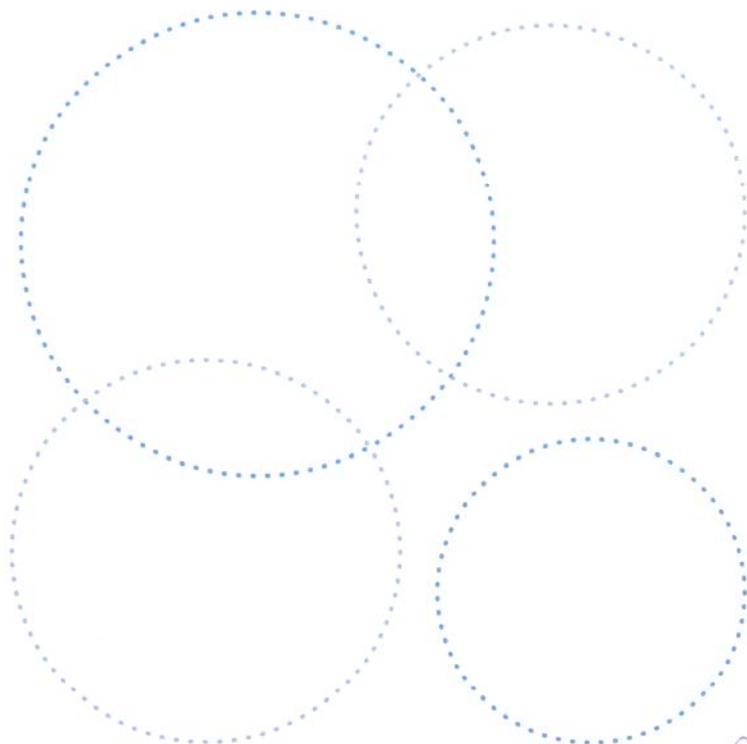
INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar as análises relativas às atividades do **1º semestre de 2015** da Funpresp-Jud, com o objetivo de subsidiar o Conselho Fiscal no que se refere às exigências da Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, que estabelece princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar – EFPC.

Este relatório está consubstanciado nas informações disponibilizadas pelas respectivas áreas técnicas da Fundação, e nos documentos listados a seguir:

- Relatórios Trimestrais da Diretoria Executiva 2015;
- Relatório de Controles Internos do Conselho Fiscal – 2º semestre 2014;
- Relatório de Auditoria dos Patrocinadores nº 01/2014;
- Plano de monitoramento e avaliação do Planejamento Estratégico;
- Programa de Controle Interno 2014;
- Atas da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal 2015;
- Política de Investimentos 2015;
- Relatório da Execução Orçamentária das Despesas Administrativas - Exercício 2015.

O controle de processos e procedimentos internos será cumprido pelo monitoramento contínuo dos principais resultados da Entidade, suas atividades e respectivos riscos, bem como pela elaboração e acompanhamento de recomendações, sendo relevante considerar que a Funpresp-Jud é pessoa jurídica instituída em 2013, portanto ainda em fase de implantação e consolidação.





FUNPRESP-JUD

Fundação de Previdência Complementar do
Servidor Público Federal do Poder Judiciário

1. GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

Os controles dos investimentos são realizados de modo a monitorar riscos operacional, legal, sistêmico, de mercado, de crédito e de liquidez, bem como para avaliar as rentabilidades, o enquadramento da alocação dos recursos aos limites e parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, e a adequação dos custos com gestão dos investimentos, tudo com vistas ao cumprimento da legislação específica.

Muitas das informações apresentadas neste tópico estão contidas nos **Relatórios de Atividades da Diretoria de Investimentos - DIRIN**.

1.1 Da Política de Investimentos – 1º Semestre de 2015

A aplicação dos recursos correspondentes às reservas, às provisões e aos fundos deve ser realizada conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN. Essas diretrizes estão previstas na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Resolução nº 4.275 de 31 de outubro de 2013.

A Resolução CMN nº 3.792/2009 determina que a EFPC defina a política de investimentos para a aplicação dos recursos de cada plano por ela administrado. Sobre o tema a DIRIN expõe o seguinte:

“A Política de Investimentos 2015 foi aprovada em reunião extraordinária do Conselho Deliberativo ocorrida em 17/12/2014. Não houve necessidade de realocação de recursos do Plano de Benefícios em função da nova Política. Já os recursos do Plano de Gestão Administrativa foram realocados no primeiro dia útil do ano.

De início, em ambos os planos, decidiu-se por aplicações somente em renda fixa, muito embora a política de investimentos permitisse investimentos em renda variável e no exterior para os Recursos do Plano de Benefícios”.

Acerca do **Cenário Macroeconômico** e da **Estratégia de Investimentos**, assim relatou a DIRIN sobre o primeiro trimestre:

“O primeiro trimestre de 2015, assim como os períodos anteriores, foi novamente marcado por excessiva volatilidade nos mercados financeiros domésticos. Após um início de ano bastante favorável aos ativos de renda fixa, com expressiva queda nas taxas de juros dos títulos (tanto em taxas nominais quanto reais), verificou-se forte instabilidade política em decorrência da contínua perda de popularidade da Presidente da República, bem como do enfraquecimento do governo dentro do Congresso Nacional. Essa instabilidade colaborou para a reversão do otimismo inicial, com elevação das taxas de juros pagas pelos títulos de renda fixa, que também sofreram grande influência da forte depreciação do Real (BRL) ante o Dólar Norte-Americano (USD) a partir do final de janeiro.



A valorização da moeda norte-americana é um fenômeno mundial, decorrente da perspectiva de aumento nas taxas de juros dos EUA, mas a perda de valor do Real foi mais acentuada do que a verificada na maioria das moedas de países emergentes. Além da deterioração do cenário político, e do aumento da incerteza no cenário econômico, foi fator fundamental a mudança da postura do governo, que passou a defender mais fortemente a redução da intervenção no mercado cambial.

Deve-se destacar, adicionalmente, a aceleração da inflação no trimestre em questão. Este fenômeno, além da sazonalidade normal do início do ano, ocorreu também em função da correção dos preços administrados que por muito tempo estiveram represados, com destaque para a energia elétrica. Houve, ainda, elevação na alíquota de uma série de impostos, com destaque para a CIDE (Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico), que incide sobre combustíveis. A inflação deste primeiro trimestre, medida pelo IPCA, alcançou o nível de 3,83%, sendo que a inflação registrada em março por este índice (1,32%) foi a maior para o mês nos últimos 20 anos. Para efeito de comparação, a meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional para todo o ano é de 4,5%, com limite máximo de 6,5%.

Com relação ao cenário externo, destaque para o início do programa de relaxamento monetário na Zona do Euro, que ajudou na elevação dos níveis de emprego e crescimento da região nos últimos meses, e a indefinição acerca do momento em que as taxas de juros norte-americanas serão elevadas. Em que pese a sensível melhora nos indicadores de crescimento e do mercado de trabalho norte-americano no último ano, a inflação local permanece em patamares considerados baixos pelas autoridades do Banco Central Norte-Americano (FED), sendo que parte dos integrantes do Comitê de Política Monetária da instituição encontra-se propensa a postergar uma alta de juros para o segundo semestre deste ano ou mesmo para 2016, elevação esta que é considerada inevitável pelos analistas de mercado.

Destaque também para as negociações da Grécia com os demais membros da Zona do Euro em torno da continuidade do programa de ajuda financeira ao país. Porém, até o final do trimestre, ainda não havia acordo sobre as reformas que os gregos teriam que adotar para continuar recebendo o pacote de ajuda do bloco, preservando a ameaça de um eventual desligamento da Grécia da União Europeia, o que pode ser um evento de impacto significativo no preço dos ativos financeiros em nível mundial.

Em função da elevada volatilidade verificada ao longo do trimestre, a carteira de investimentos do Plano de Benefícios (PB) sofreu poucas modificações no que se refere às aplicações atreladas ao IMA-B5, que se manteve como a mais representativa ao longo do período, oscilando sua participação entre 46% e 56% do total. A escolha deste tipo de ativo para a alocação majoritária dos recursos está intimamente relacionada à maior inflação no período. Já aplicações atreladas ao IRF-M1 variaram entre 7% e 53% e aquelas indexadas ao CDI entre 0% e 43%.



Já a alocação dos recursos do Plano de Gestão Administrativa (PGA) sofreu alteração logo no início de 2015 para se adequar ao novo benchmark. Assim, foram iniciadas as aplicações em IMA-B5 (15% da carteira) e transferidas às aplicações atreladas ao IRF-MI para o CDI”.

Ainda acerca do **Cenário Macroeconômico** e da **Estratégia de Investimentos** assim relatou a DIRIN sobre o segundo trimestre:

“O segundo trimestre de 2015, assim como os períodos anteriores, foi novamente marcado por excessiva volatilidade nos mercados financeiros domésticos e internacionais. Entretanto, os ativos mais arriscados, tanto de renda fixa como de renda variável (exceto IDIV), apresentaram retornos mais elevados que os verificados em aplicações mais conservadoras.

No cenário internacional, destaque para a expressiva elevação nas taxas de juros dos títulos norte-americanos de 10 anos ao longo do trimestre em análise (de aproximadamente 1,92% ao ano para 2,35% ao ano), apesar dos diversos sinais cautelosos emitidos pelo Banco Central daquele país (FED) quanto à perspectiva sobre o aumento na taxa básica de juros. Até o final do primeiro trimestre de 2015, a expectativa dos analistas econômicos era de que tal elevação ocorreria em junho ou setembro deste ano. Entretanto, atualmente já se fala que tal movimento deverá ocorrer somente em dezembro de 2015 ou mesmo no próximo ano, sendo que o próprio Fundo Monetário Internacional (FMI) sugeriu o adiamento da estratégia para 2016.

Outros fatores importantes verificados no período foram o rebaixamento da nota de crédito do Japão pela Fitch (de A+ para A), os vários movimentos de redução da taxa básica de juros e dos depósitos compulsórios pelo Banco Central da China (PBOC) com vistas a tentar frear a queda verificada no crescimento do país (expectativa de 6,0% a 6,5% para 2015), além da complicada situação da Grécia, que entrou em default ao deixar de honrar compromisso de EUR 1,5 bilhão com o FMI em junho.

Quanto ao cenário doméstico, verifica-se forte queda na arrecadação federal com impacto direto sobre as contas públicas, que continuam a apresentar déficit primário de 0,70% do PIB no acumulado de 12 meses até maio de 2015. A dívida bruta atingiu o patamar de 62,5% do PIB e a DLSP¹ 33,6% do PIB, ambas ao final de maio.

Adicionalmente, o mercado de trabalho vem apresentando forte deterioração, com a taxa de desemprego tendo atingido 6,7% em maio. Em relação às expectativas, observa-se que as projeções para o PIB de 2015 continuam piorando (retração de 1,50%) enquanto para o IPCA do ano corrente ultrapassaram o patamar de 9%.

¹ Dívida Líquida do Setor Público

Enquanto isso, o Banco Central mantém a estratégia de elevação da taxa básica de juros (Taxa Selic), atualmente em 13,75% ao ano, com o compromisso declarado de que o IPCA de 2016 convirja para o centro da meta de inflação (4,5%).

Destaque também para a aprovação de diversas medidas no Congresso Nacional que elevam sobremaneira as despesas da União neste e nos próximos anos, entre elas: substituição do fator previdenciário pela fórmula 85/95, vinculação do reajuste de aposentadorias pelo mesmo índice de correção do salário mínimo, entre outras.

Finalmente, o TCU concluiu que as contas do Governo de 2014 não têm condições de ser apreciadas e fixou prazo de 30 dias para que a presidente Dilma Rousseff explique as irregularidades apontadas.

Especificamente em relação à estratégia adotada no Plano de Benefícios (PB), ocorreram as seguintes modificações:

- *10/abril/2015: resgate dos recursos investidos em IMA-B5 com migração para o CDI;*
- *7/maio/2015: resgate dos recursos investidos em IRF-MI com migração para o CDI;*
- *15/maio/2015: início dos investimentos em títulos prefixados de prazo mais longo (IRF-MI+), em parcela de aproximadamente 4,7% do volume de recursos do PB, com recursos oriundos do CDI;*
- *15/maio/2015: início das aplicações financeiras no segmento Investimentos no Exterior, em parcela de aproximadamente 0,9% do volume de recursos do PB, com recursos oriundos do CDI.*

Em virtude do exposto, a carteira de investimentos do Plano de Benefícios finalizou o semestre com aproximadamente 99,0% dos recursos em Renda Fixa e 1,0% em investimento no exterior. O detalhamento do segmento de renda fixa é de 1,2% em IMA-B5, 1,8% em IRF-MI, 3,7% em IRF-MI+ e 92,3% em CDI.

Já em relação aos recursos do Plano de Gestão Administrativa (PGA), não houve alteração de estratégia ao longo do período em análise.”

1.2 Aderência da gestão dos recursos garantidores às normas em vigor e à Política de Investimentos 2015

Seguem abaixo tabelas acerca dos limites, alocação objetivo e posição da carteira de investimentos da Funpresp-Jud em 30/06/2015:

Tabela 1 - Limites Plano de Benefícios – PB

Segmento	Alocação Atual	Política de Investimentos			
		Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal (Res. CMN 3.792/2009)
Renda Fixa	99,0%	93%	85%	100%	100%
Renda Variável	0%	5%	0%	10%	70%
Investimento no Exterior	1,0%	2%	0%	5%	10%

Fonte: DIRIN

Tabela 2 - Limites Plano de Gestão Administrativa – PGA

Segmento	Alocação Atual	Política de Investimentos			
		Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal (Res. CMN 3.792/2009)
Renda Fixa	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: DIRIN

Os saldos segregados por planos em diversas datas podem ser vistos a seguir:

Tabela 3 - Saldos Segregados por Planos

SALDOS SEGREGADOS POR PLANOS

em R\$ mil

DATA	PGA					PB						TOTAL	
	CC	FI DI/RF	FI IRF-M1	FI IMA-B5	Subtotal	CC	FI DI/RF	FI IRF-M1	FI IRF-M1+	FI IMA-B5	FI A BDR		Subtotal
31/dez/2013	-	26.103,99	-	-	26.103,99	2,36	21,33	-	-	-	-	23,69	26.127,68
31/dez/2014	-	3.721,69	19.530,97	-	23.252,66	32,74	11,36	2.947,99	-	2.527,74	-	5.519,83	28.772,48
31/mar/2015	-	19.187,47	157,33	3.482,19	22.827,00	-	942,26	3.167,45	-	5.051,47	-	9.161,17	31.988,17
30/jun/2015	-	17.906,89	147,64	3.173,04	21.227,57	-	12.578,76	239,15	503,97	168,70	133,66	13.624,24	34.851,81

Fonte: Banco do Brasil, CAIXA

Elaboração: DIRIN

Tabela 4 – Rentabilidade Nominal (por mês)

	Rentabilidade Nominal Mensal									Rentabilidade Mensal		
	CDI	IRF-M1	IRF-M1+	IMA-B5	IMA-B5+	IBrX-50	IDIV	BDRX		PB	PGA	
jan/15	0,929%	1,069%	2,187%	2,054%	3,711%	-5,446%	-11,179%	-2,741%		1,506%	1,102%	
fev/15	0,819%	0,740%	0,037%	1,221%	0,171%	9,808%	10,165%	11,488%		0,970%	0,878%	
mar/15	1,036%	0,934%	-0,569%	1,029%	-1,021%	-0,876%	-4,138%	9,696%		0,938%	1,026%	
abr/15	0,948%	0,840%	1,234%	0,460%	3,554%	9,665%	11,841%	-4,288%		0,961%	0,887%	
mai/15	0,984%	0,955%	2,031%	1,631%	3,145%	-6,050%	-6,967%	7,284%		1,039%	1,082%	
jun/15	1,066%	0,935%	-0,035%	0,847%	-0,730%	0,635%	-2,496%	-3,949%		1,015%	1,020%	
Acumulado 2015	5,92%	5,60%	4,95%	7,46%	9,03%	6,71%	-4,84%	17,31%		6,60%	6,15%	

Fonte: Banco Central, CETIP, Anbima, Banco do Brasil, CAIXA, BM&FBovespa, IBGE Elaboração: DIRIN

Tabela 5 – Rentabilidade Real (por mês)

Rentabilidade Real Mensal									Rentabilidade Mensal		
	CDI	IRF-M1	IRF-M1+	IMA-B5	IMA-B5+	IBrX-50	IDIV	BDRX		PB	PGA
jan/15	-0,307%	-0,169%	0,936%	0,804%	2,441%	-6,604%	-12,267%	-3,932%	jan/15	0,263%	-0,136%
fev/15	-0,397%	-0,474%	-1,168%	0,001%	-1,036%	8,484%	8,838%	10,144%	fev/15	-0,247%	-0,337%
mar/15	-0,280%	-0,381%	-1,864%	-0,287%	-2,310%	-2,167%	-5,387%	8,267%	mar/15	-0,377%	-0,291%
abr/15	0,237%	0,129%	0,521%	-0,249%	2,824%	8,892%	11,053%	-4,963%	abr/15	0,249%	0,176%
mai/15	0,242%	0,213%	1,282%	0,885%	2,387%	-6,740%	-7,651%	6,496%	mai/15	0,296%	0,340%
jun/15	0,274%	0,144%	-0,819%	0,056%	-1,508%	-0,154%	-3,261%	-4,702%	jun/15	0,223%	0,228%
Acumulado 2015	-0,23%	-0,54%	-1,15%	1,21%	2,69%	0,51%	-10,37%	10,50%	Acumulado 2015	0,41%	-0,02%

Fonte: Banco Central, CETIP, Anbima, Banco do Brasil, CAIXA, BM&FBovespa, IBGE

Tabela 6 – Divergência Não Planejada (DNP)

PLANO DE BENEFÍCIOS - PB

Data	Rentabilidade		DNP Mensal (PB - Bmk)	Desvio-Padrão Acm 12m DNP Mensal
	PB	Benchmark		
jan/15	1,506%	1,638%	-0,131%	0,115%
fev/15	0,970%	1,561%	-0,591%	0,196%
mar/15	0,938%	1,737%	-0,798%	0,281%
abr/15	0,961%	1,087%	-0,126%	0,278%
mai/15	1,039%	1,117%	-0,079%	0,279%
jun/15	1,015%	1,187%	-0,171%	0,278%
2015	6,60%	8,62%	-2,02%	

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

Data	Rentabilidade Mensal		DNP Mensal (PGA - Bmk)	Desvio-Padrão Acm 12m DNP Mensal
	PGA	Benchmark		
jan/15	1,102%	1,081%	0,021%	0,013%
fev/15	0,878%	0,865%	0,014%	0,013%
mar/15	1,026%	1,018%	0,008%	0,013%
abr/15	0,887%	0,859%	0,028%	0,014%
mai/15	1,082%	1,065%	0,018%	0,013%
jun/15	1,020%	1,002%	0,018%	0,012%
2015	6,15%	6,04%	0,11%	

Fonte: Banco Central, CETIP, Anbima, Banco do Brasil, CAIXA, BM&FBovespa

Elaboração: DIRIN

Tabela 7 – Valor em Risco (V@R) e Teste de Estresse (Stress Testing) – Plano de Benefícios

PB	V@R (1 du; 95%)	Teste de Estresse	Carteira
jan/2015	-0,06%	-0,30%	55% IMA-B5 + 7% IRF-M1 + 38% CDI
fev/2015	-0,06%	-0,27%	49% IMA-B5 + 39% IRF-M1 + 12% CDI
mar/2015	-0,07%	-0,31%	55% IMA-B5 + 35% IRF-M1 + 10% CDI
abr/2015	+0,02%	-0,004%	1,6% IMA-B5 + 30,5% IRF-M1 + 67,9% CDI
mai/2015	+0,02%	-0,01%	99,1% Renda Fixa + 0,9% Exterior
jun/2015	+0,02%	-0,003%	99,0% Renda Fixa + 1,0% Exterior

Fonte: Banco do Brasil, CAIXA

Elaboração: DIRIN

1,2% IMA-B5
1,8% IRF-M1
3,7% IRF-M1+
92,3% CDI

BDR Nível I

Tabela 8 – Valor em Risco (V@R) e Teste de Estresse (Stress Testing) – PGA

PGA	V@R (1 du; 95%)	Teste de Estresse	Carteira
jan/2015	+0,01%	-0,05%	84,6% CDI + 15,4% IMA-B5
fev/2015	+0,01%	-0,06%	84,3% CDI + 15,7% IMA-B5
mar/2015	+0,01%	-0,05%	84,7% CDI + 15,3% IMA-B5
abr/2015	+0,01%	-0,06%	84,3% CDI + 15,7% IMA-B5
mai/2015	+0,01%	-0,05%	84,8% CDI + 15,2% IMA-B5
jun/2015	+0,01%	-0,05%	85,0% CDI + 15,0% IMA-B5

Fonte: Banco do Brasil, CAIXA

Elaboração: DIRIN

➤ **Principais indicadores financeiros apresentados:**

- ❖ *DI: tradicional indicador de rentabilidade para aplicações de renda fixa de curtíssimo prazo (overnight), calculado pela CETIP. O nome oficial é DI – Depósito Interfinanceiro, embora também seja usualmente tratado como CDI.*
- ❖ *IRF-MI: subíndice do IMA (Índice de Mercado Anbima) composto por títulos públicos federais prefixados com prazo de até um ano. Indicador utilizado como parâmetro para aplicações de renda fixa de curto prazo.*
- ❖ *IRF-MI+: subíndice do IMA (Índice de Mercado Anbima) composto por títulos públicos federais prefixados com prazo superior a um ano. Indicador utilizado como parâmetro para aplicações de renda fixa de médio prazo.*
- ❖ *IMA-B5: subíndice do IMA (Índice de Mercado Anbima) composto por títulos públicos federais indexados ao IPCA com prazo de até cinco anos. Indicador utilizado como parâmetro para aplicações de renda fixa de médio prazo indexadas à inflação.*
- ❖ *IMA-B5+: subíndice do IMA (Índice de Mercado Anbima) composto por títulos públicos federais indexados ao IPCA com prazo superior a cinco anos. Indicador utilizado como parâmetro para aplicações de renda fixa de longo prazo indexadas à inflação.*
- ❖ *IBrX-50: índice que mede o retorno total de uma carteira teórica composta por 50 ações selecionadas entre as mais negociadas na BM&FBOVESPA em termos de liquidez, ponderadas pelo valor de mercado das ações disponíveis à negociação.*

- ❖ *IDIV: índice composto pelas empresas listadas na BM&FBOVESPA que apresentaram os maiores “dividend yields” nos últimos 24 meses anteriores à seleção da carteira.*
- ❖ *BDRX: índice que tem por objetivo medir o comportamento dos BDRs² Não Patrocinados, autorizados a negociação na BM&FBOVESPA*

Os pontos destacados pela DIRIN em relação à **rentabilidade e risco** para o 1º trimestre foram os seguintes:

- i. *“Rentabilidade Nominal: rendimento elevado no trimestre, tanto no Plano de Benefícios (PB): 3,45%, quanto no Plano de Gestão Administrativa (PGA): 3,04%;*
 - ✓ *Comparativamente ao CDI, o PB e o PGA renderam, respectivamente, o equivalente a 122,50% e a 107,94% no período;*
 - ✓ *Em relação a outros indicadores de renda fixa e de renda variável analisados neste relatório, destacamos que apenas o IMA-B5 apresentou resultado superior no trimestre (4,36%);*
 - ✓ *Já em comparação com os respectivos benchmarks, o PB apresentou rendimento equivalente a 69,33% e o PGA atingiu o patamar de 101,44%. Deve-se ressaltar que a rentabilidade do benchmark do PB foi de 5,02% no período, basicamente em decorrência do elevado nível de inflação corrente;*
- ii. *Rentabilidade Real: rendimento negativo no trimestre, tanto no PB (-0,36%) quanto no PGA (-0,76%)*
 - ✓ *Vale notar que somente o IMA-B5 (0,52%), dentre os indicadores de renda fixa e variável analisados neste relatório, superou o IPCA (3,83%) no trimestre;*
 - ✓ *A projeção é de que, ao longo dos próximos 2 meses, tanto o PB e o PGA se recuperem frente ao IPCA, que sazonalmente é elevado no primeiro trimestre do ano, e passem a apresentar rentabilidades reais positivas no acumulado do ano e em trajetória crescente;*
- iii. *Divergência Não Planejada (DNP): em relação ao PB, tanto o valor da DNP (-1,56%) quanto o seu desvio-padrão (0,284%) vêm se elevando consistentemente ao longo dos últimos meses, notadamente em função da elevada inflação verificada no período. Já no caso do PGA, a DNP encontra-se em terreno positivo (0,04%) e o desvio-padrão da DNP manteve-se praticamente constante;*
- iv. *Valor em Risco (V@R): para o caso do PB, o indicador encontra-se em nível comprimido e mantendo-se praticamente constante ao longo do trimestre (-0,07%). Já para o PGA, o nível do V@R é positivo (0,01%), indicando o reduzido nível de risco assumido.*

² Brazilian Depositary Receipts (BDRs) são certificados de depósito de valores mobiliários emitidos no Brasil que representam valores mobiliários de emissão de companhias abertas com sede no exterior. (fonte: BM&FBovespa)

- v. *Teste de Estresse: o indicador relativo ao PB encontra-se em nível aceitável (-0,31%) enquanto para o PB o nível é bastante baixo (-0,05%).”*

Os pontos destacados pela DIRIN em relação à **rentabilidade e risco** para o 2º trimestre foram os seguintes:

- i. *“Rentabilidade Líquida Nominal: bom rendimento no trimestre, tanto no Plano de Benefícios (PB): 3,04% (6,60% no 1º semestre), quanto no Plano de Gestão Administrativa (PGA): 3,02% (6,15% no 1º semestre);*
- ✓ *Comparativamente ao CDI, o PB e o PGA renderam, respectivamente, o equivalente a 100,54% e a 99,73% no 2º trimestre (111,12% e 103,68%, respectivamente, no 1º semestre);*
 - ✓ *Em relação a outros indicadores de renda fixa e de renda variável analisados neste relatório, destacamos que apenas aqueles mais arriscados (IRF-MI+, IMA-B5+ e IBrX-50) apresentaram resultados superiores no trimestre (3,25%, 6,03% e 3,68%, respectivamente);*
 - ✓ *Já em comparação com os respectivos benchmarks, o PB apresentou rendimento equivalente a 88,95% e o PGA atingiu o patamar de 102,16% (77,33% e 101,80%, respectivamente, no 1º semestre). Deve-se ressaltar que a rentabilidade do benchmark do PB foi de 3,43% no período (8,62% no 1º semestre), ainda em decorrência do elevado nível de inflação corrente para tal época do ano;*
- ii. *Rentabilidade Real: rendimento positivo no trimestre, tanto no PB (0,77%) quanto no PGA (0,75%). No acumulado do 1º semestre, as rentabilidades foram de 0,41% e -0,02%, respectivamente;*
- ✓ *O IPCA atingiu 2,26% no trimestre (6,17% no 1º semestre);*
- iii. *Divergência Não Planejada (DNP): em relação ao PB; o valor da DNP (-2,02%) vem se elevando ao longo dos últimos meses, notadamente em função da elevada inflação verificada no período. Porém, o seu desvio-padrão (0,278%) encontra-se praticamente estável nos últimos meses. Já no caso do PGA, a DNP está em terreno positivo (0,11%) e o desvio-padrão da DNP manteve-se praticamente constante (0,012%);*
- iv. *Valor em Risco (V@R): para o caso do PB, o indicador foi reduzido ao longo do 2º trimestre por conta dos investimentos mais conservadores no período e encontra-se em terreno positivo (+0,02%) ao final de junho (patamar idêntico aos meses de abril e maio). Já para o PGA, o nível do V@R também é positivo (0,01%) e constante desde o início do ano, indicando o reduzido nível de risco assumido.*
- v. *Teste de Estresse: o indicador relativo ao PB encontra-se em nível bastante reduzido (-0,03%) enquanto para o PB o nível é bastante baixo (-0,05%).”*

Conclui a DIRIN que: *“Especificamente em relação às normas legais, como os limites de aplicação constantes da Política de Investimento 2014 são sempre iguais ou mais restritivos que aqueles presentes na Resolução CMN 3.792/2009, há perfeita aderência às normas em vigor.*

com relação à Política de Investimentos, em nenhum momento foram desrespeitados os limites especificados por esse documento”.

1.3 Custos na Gestão dos Investimentos

A DIRIN informa que: “Tendo em vista que a totalidade das aplicações financeiras efetuadas pela Funpresp-Jud, tanto para o PGA quanto para o PB, ocorreram por meio de fundos de investimento abertos (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), uma das principais despesas de investimentos diz respeito à incidência da taxa de administração específica de cada fundo, conforme **Tabela 9** a seguir:”

Tabela 9 – Características dos Fundos de Investimentos

Fundo de Investimento	CNPJ	Benchmark	Taxa Administração (ao ano)
BB Institucional Fundo de Investimento Renda Fixa	02.296.928/0001-90	CDI (implícito)	0,20%
BB Previdenciário Renda Fixa IRF-M 1 Títulos Públicos FIC	11.328.882/0001-35	IRF-M1	Até 0,30%
BB Previdenciário Renda Fixa IMA-B5 LP FIC	03.543.447/0001-03	IMA-B5	0,20%
BB Fundo de Investimentos em ações - BDR Nível I	21.470.644/0001-13	BDRX	Até 0,97%
FI Caixa Brasil REF DI LP	03.737.206/0001-97	CDI	0,20%
FI Brasil IRF-M 1 Títulos Públicos RF	10.740.670/0001-06	IRF-M1	0,20%
Fundo de Investimento CAIXA Brasil IRF M 1+ Títulos Públicos Renda Fixa Longo Prazo	10.577.519/0001-90	IRF-M1+	0,20%

Fonte: Banco do Brasil, CAIXA

Elaboração: DIRIN

Informa também a DIRIN que: “A partir do segundo trimestre a Fundação passou a incorrer em custos relativos à abertura e manutenção de contas em duas centrais de liquidação e custódia (SELIC e CETIP). No semestre esses custos somaram R\$ 2.992,30”.

Tabela 10 – Rentabilidade Bruta x Rentabilidade Líquida (Custos dos Investimentos)

PB	Rentabilidade Mensal			PGA	Rentabilidade Mensal		
	Líquida	Bruta	Diferença		Líquida	Bruta	Diferença
jan/15	1,506%	1,524%	0,018%	jan/15	1,102%	1,119%	0,017%
fev/15	0,970%	0,985%	0,015%	fev/15	0,878%	0,893%	0,014%
mar/15	0,938%	0,957%	0,019%	mar/15	1,026%	1,043%	0,018%
abr/15	0,961%	0,978%	0,017%	abr/15	0,887%	0,903%	0,016%
mai/15	1,039%	1,055%	0,016%	mai/15	1,082%	1,098%	0,016%
jun/15	1,015%	1,033%	0,018%	jun/15	1,020%	1,051%	0,031%
Acumulado 2015	6,603%	6,712%	0,109%	Acumulado 2015	6,147%	6,265%	0,118%

Fonte: Banco Central, CETIP, Anbima, Banco do Brasil, CAIXA, BM&FBovespa
Elaboração: DIRIN

Relata ainda que: “*A partir da Tabela 10, podem-se perceber os custos dos investimentos ao longo de 2015, quando o PB obteve rentabilidade bruta de 6,712% e líquida de 6,603% (custo equivalente a 0,109%). No caso do PGA, a rentabilidade bruta alcançou 6,265% e a líquida 6,147%, ou seja, o custo foi equivalente a 0,118%. Deve-se ressaltar que tais custos correspondem exclusivamente à taxa de administração média cobrada pelos fundos de investimento onde os recursos encontravam-se aplicados e a despesas relativas à custódia de cotas de fundos de investimentos.*”

Comentários

Verifica-se que os limites globais e de diversificações dos enquadramentos das alocações de recursos estão aderentes às normas em vigor e à Política de Investimentos 2015.

As rentabilidades alcançadas e o resultado econômico dos investimentos do Plano de Benefícios e do PGA estão sendo devidamente acompanhados pelos órgãos estatutários.

Em relação a custos, constata-se que não há taxa de performance, portanto em linha com o disposto no art. 28 da Lei nº 12.618, de 2012.

Sobre análise de riscos, assim estabelece a Resolução CMN nº 3.792, de 2009 (redação dada pela Resolução CMN nº 4.275, de 31/10/2013):

Art. 9º Na aplicação dos recursos, a EFPC deve identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos, incluídos os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico, e a segregação das funções de gestão, administração e custódia.

(...)

Art. 13. A EFPC deve acompanhar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos diretos e indiretos com o uso de modelo que limite a probabilidade de perdas máximas toleradas para os investimentos.

Nesse contexto, é relevante para o processo decisório considerar a conjuntura econômica e política interna e externa, avaliando a repercussão no preço e rentabilidade dos ativos, bem como é desejável, notadamente no caso de gestão própria, que se desenvolvam **relatórios de monitoramento e análise de cada tipo de risco**.

Por fim, constata-se no caso específico da Funpresp-Jud um devido acompanhamento e cumprimento dos princípios e procedimentos, naquilo que aplicável à sua modalidade de gestão por fundos de investimentos, bem como adequados ao porte e à complexidade de sua atual carteira.

2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

As análises realizadas deste tópico foram realizadas por meio dos relatórios emitidos pela **Diretoria de Administração - DIRAD**.

2.1 Execução orçamentária

O controle da execução orçamentária requer uma análise se as projeções de despesas estão acontecendo dentro de padrões e desvios aceitáveis. O exame é feito por meio da comparação entre o valor projetado (orçamento aprovado pelo Conselho Deliberativo) e o efetivamente realizado. A análise de eventuais desvios considera aspectos quantitativos e qualitativos, e para os desvios fora do padrão, recomendam-se justificativas.

As despesas administrativas são os gastos realizados pela Fundação na administração do plano de benefícios, por meio do Plano de Gestão Administrativa - PGA, incluídas as despesas de investimentos, tais como salários e encargos com pessoal, treinamentos, viagens e estadias, serviços de terceiros, despesas gerais e outras.

O orçamento de 2015 foi aprovado pelo Conselho Deliberativo para os meses de janeiro a março, na 18ª sessão extraordinária ocorrida em 09 de dezembro de 2014, na qual foi solicitado estudo de redução de despesa. Em 15 de abril de 2015, na 3ª sessão ordinária o Conselho Deliberativo aprovou a reprogramação do orçamento, conforme estudo para redução de despesas do exercício de 2015.

A seguir os dados acumulados de janeiro a julho de 2015, comparando o orçamento previsto com o realizado.

Rubricas	ORÇAMENTO (R\$ 1,00)		F/E (%)	F - E R\$ 1,00
	Previsto (E)	Realizado (F)		
Pessoal e Encargos	2.850.658	2.773.837	97,31%	-76.821
Serviços de Terceiros	457.722	236.556	51,68%	-221.166
Treinamento	85.800	16.449	19,17%	-69.351
Diárias e Passagens	76.000	15.595	20,52%	-60.405
Outras Despesas	935.249	835.702	89,36%	-99.547
Investimentos de TI	428.373	131.881	30,79%	-296.492
TOTAL	5.480.167	4.645.436	84,77%	-834.731

Verifica-se que todas as rubricas apresentam execução orçamentária inferior ao programado para o período de janeiro a julho/2015. Consta dos relatórios de acompanhamento orçamentário, emitidos pela DIRAD/COAFI, que os custos da rubrica de Investimentos de TI serão efetivados após a finalização da implantação do sistema TrustPrev.

Em maio de 2015, foi emitido o relatório de execução orçamentária, de acordo com o Programa de Controle Interno – PCI, com o objetivo de avaliar a execução orçamentária, acompanhando se as projeções estão acontecendo dentro do previsto, comparando o valor aprovado e o efetivamente realizado.

O referido relatório foi encaminhado aos Conselhos Deliberativo e Fiscal, para o devido conhecimento e acompanhamento.

Destacou o relatório que no tocante ao processo de elaboração e formalização do orçamento, constata-se uma adequada programação, em linha com o estabelecido na legislação que estabelece que o orçamento anual seja aprovado pelo Conselho Deliberativo antes do início do exercício a que se referir, por meio de ata do Conselho.

É positivo o processo de monitoramento da execução orçamentária, com o controle das despesas por natureza e geração de relatório mensal (RCON), informando a execução acumulada, programação/execução e indicadores de gestão, sendo desejável que este processo evolutivo continue, sobretudo integrado ao novo sistema corporativo.

Constaram do relatório recomendações para implantação de controles orçamentários integrados ao sistema de gestão previdenciária TrustPrev, e em módulo específico, mitigando-se eventuais riscos operacionais na utilização de planilhas. É desejável que após a implantação completa do sistema de gestão, sejam realizados os devidos procedimentos de alimentação de dados, validação, conciliação e acompanhamento de eventuais inconsistências referentes ao orçamento, reportando os resultados aos órgãos estatutários e de controle.

O mapeamento de processos e a manualização de procedimentos são ferramentas importantes de controle e contribuem para eficiência e uma melhoria contínua dos processos.

Relevante que o mapeamento da área orçamentária (ex.: elaboração e formalização do orçamento; monitoramento e avaliação da execução orçamentária; reavaliação/reprogramação orçamentária; revisão e autorização de pagamentos, etc.) se insira em um ciclo maior de mapeamento das demais unidades, processos, riscos e controles de toda a Fundação. Isso contribui para uma maior integração entre as áreas técnicas envolvidas, especialmente entre a contábil, a financeira e a de investimentos, visando à otimização e segurança nos processos de trabalho.

2.2 Custeio Administrativo

O **Custeio Administrativo** (receitas) representa os recursos para cobertura dos gastos realizados na administração do plano, e no caso da Funpresp-Jud recebe recursos: i) da **taxa de carregamento** – percentual de 7% incidente sobre as contribuições previdenciárias, exceto sobre as contribuições facultativas, arrecadadas mensalmente; ii) dos **resultados financeiros de aplicações** – rendimentos auferidos de recursos aplicados do plano de gestão administrativa; iii) do **aporte inicial a título de adiantamento de contribuições futuras**.

A seguir os valores arrecadados da taxa de carregamento versus as despesas do período de janeiro a julho.

Mês de Competência	Receita Operacional Taxa de Carregamento	Receita operacional Fluxo de Investimentos	Receitas não operacionais Empréstimo Patrocinador	Total das Receitas Operacionais	Despesas Financeiras (Empréstimo Patrocinador)	Despesas de Funcionamento	Total de Despesa
	(A)	(B)	(C)	(D=A+B)	(E)	(F)	(G)=(E)+(F)
Janeiro	63.302	255.451	855.909	318.754	350.133	824.729	1.174.862
Fevereiro	76.132	203.029	662.051	279.161	348.702	657.248	1.005.950
Março	85.657	234.709	740.175	320.366	382.003	678.538	1.060.541
Abril	88.913	202.500	703.942	291.413	208.153	788.011	996.164
Maió	95.139	236.691	561.301	331.830	218.489	674.642	893.131
Junho	93.985	219.045	631.807	313.030	234.978	711.068	946.046
Média Semestre	83.855	225.238	692.531	309.092	290.410	722.373	1.012.782

2.3 Indicadores de Gestão do PGA

Decorrente do Planejamento Estratégico foi proposta uma série de indicadores, entre os quais **indicadores de gestão das despesas e receitas administrativas**.

A mensuração dos indicadores de gestão propicia identificar e confrontar o valor *per capita* da arrecadação, receita e despesa, sinalizando a distância do ponto de equilíbrio que separa a capacidade de arrecadação de receitas para fazer face às despesas administrativas para o funcionamento da Fundação.

Com o propósito de permitir a comparação dos indicadores com estudos divulgados pela Previc, ABRAPP e literatura disponível, a apuração a partir de junho de 2015 passou a considerar a soma de todas as receitas e ou despesas no mês em referência com as de onze meses anteriores.

Os resultados dos indicadores e respectivas informações constam do Anexo I do Relatório, individualizados por indicador, tendo os formulários sido preenchidos pelos gestores das ações e validadas pelo Diretor da área.

Comentários

Vale ressaltar que, em atendimento ao art. 19 do Regulamento do PGA, o Conselho Fiscal acompanha e controla a execução orçamentária e os indicadores de gestão das despesas administrativas, inclusive quanto aos limites e critérios quantitativos e qualitativos.

Após análise dos relatórios de Execução Orçamentária, elaborados pela COAFI/DIRAD, os Relatórios do 1º e 2º trimestres da Diretoria Executiva, e das atas dos órgãos estatutários,



percebe-se que a execução orçamentária de 2015 está sendo realizada de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Conselho Deliberativo.

3. GESTÃO CONTÁBIL

De acordo com o Manual de Controles Internos da Abrapp (2ª ed. 2010 – Item 6.5 pg. 18), a Gestão Contábil objetiva:

Garantir o correto registro das operações e a integridade das demonstrações contábeis, através da realização do monitoramento das conciliações. A gestão contábil deve tanto garantir a confiabilidade dos relatórios de desempenho passado, quanto possibilitar a utilização destes nas decisões internas e no controle do desempenho operacional.

A Contabilidade deve ser considerada um “Banco de Informações”, e não apenas o registro final das movimentações financeiras da Fundação. Os dados devem ser consistentes, servindo de fonte de consulta para decisões futuras. Todas as informações devem estar registradas adequadamente, ou seja, os registros devem ser analíticos, com históricos bem elaborados, no entanto, sem a geração de informações desnecessárias.

Deve-se evitar a redundância de informações. Portanto, deve haver uma única informação contábil financeira e gerencial, o que resultará em posições corretas e consistentes entre si.

3.1 Mudança de Critério de Contabilização

Durante o processo de trabalho de encerramento do exercício de 2014, considerando a opinião da auditoria externa, com o auxílio de consultoria contábil especializada, deliberou-se pela alteração de critério de contabilização do aporte inicial da União de R\$ 26,1 milhões a título de contribuições futuras, do Ativo Intangível e das despesas administrativas.

Informa o relatório emitido pela CCONT/DIRAD junho/2015 que *“No exercício de 2015 todas as despesas incorridas foram registradas nas contas de resultado do PGA, com isso a contabilização evidencia de forma transparente e correta a situação patrimonial da Entidade, conforme os Princípios de Contabilidade vigentes.*

Os recursos aportados pela União, a título de adiantamento de contribuições futuras para o funcionamento inicial da Entidade, a partir de dezembro de 2014, estão contabilizados como empréstimo remunerado e atualizados mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), como nos Protocolos de Compromisso firmados com a STF, em 18 de junho de 2015 – Ofício 141/GDG, e com o MPU, assinado em maio de 2015.”

Como consequência da mudança de critério, foram reprocessados os balancetes dos meses de janeiro e fevereiro de 2015 e substituídos junto ao órgão fiscalizador, a documentação suporte está devidamente arquivada na CCONT.

No primeiro trimestre foi iniciada a implantação do novo sistema previdenciário, licitado pela Fundação, concluída a migração do movimento contábil do ano de 2014 para o sistema TrustPrev, possibilitando o encerramento do balanço de 2014 no novo sistema.

Durante o 1º semestre a Coordenadoria de Contabilidade trabalhou para melhorar as rotinas de trabalho estabelecendo procedimentos de controle de prazos e qualidade das informações, entre as principais atividades da Coordenadoria, destacou-se:

- *planejamento e contratação do primeiro treinamento em contabilidade para EFPC direcionado aos Conselheiros e à equipe da Funpresp-Jud;*
- *adaptação do Plano de Contas da Fundação para o padrão SPED/RFB;*
- *melhoria dos relatórios mensais entregues ao Conselho Fiscal, visando tornar a informação contábil mais clara e didática;*
- *implantação do módulo orçamentário e de cotização do sistema Trustprev, que se encontra em fase de testes.*

A seguir o patrimônio da Funpresp-Jud, comparativamente ao mesmo período do exercício anterior:

Descrição	(A) jun/14	(B) jun/15	(B / A -1) Var. %
PGA	27.933.629	21.388.014	-23%
PLANO	2.449.858	13.783.156	463%
CONSOLIDADO	29.281.863	35.165.998	20%

Fonte: Balancetes de junho/2014 e junho/2015 – Coordenadoria de Contabilidade.

Em consequência da mudança de critério de contabilização, descrito neste item 3.1, o PGA apresentou um decréscimo no Ativo de 23%, conforme tabela a seguir, que apresenta o ativo líquido da Funpresp-Jud.

Conta	Descrição	(A) jun/14	(B) jun/15	(B - A) Var. (R\$)	(B / A -1) Var. %
100000000000	Ativo Total	29.282	35.166	5.884	20%
210000000000	(-) Exigível Operacional	(26.865)	(21.388)	5.477	-20%
220000000000	(-) Exigível	-	-	-	-
232200000000	(-) Fundo Administrativo	(1.100)	-	1.100	-100%
232300000000	(-) Fundo de	-	-	-	-
	= Ativo Líquido	1.317	13.778	12.461	946%
231100000000	(-) Provisões	(1.317)	(13.778)	(12.461)	946%
232100000000	(-) Fundos	-	-	-	-
	=Superávit/(Déficit)	(0)	-	0	0%

Fonte: Balancetes de junho/2014 e junho/2015 – Coordenadoria de Contabilidade.

Comentários

Do ponto de vista da gestão contábil nota-se um constante aprimoramento das rotinas e dos controles, e com a implantação do novo sistema de gestão previdencial, ganhos de eficiência, confiança nos dados e maior automatização de procedimentos.

Os prazos estabelecidos na Orientação Interna PRESI/GABIN nº 02, de 28 de janeiro de 2015, estão sendo devidamente cumpridos, demonstrando o amadurecimento dos controles internos das áreas envolvidas.

A Instrução MPS/PREVIC nº 34/2009, estabelece em seu artigo 4º os prazos para o envio das demonstrações contábeis e dos balancetes à PREVIC, conforme a seguir:

II - Até o último dia do mês subsequente ao mês de referência:

- a) Balancete do Plano de Benefícios;*
- b) Balancete do Plano de Gestão Administrativa; e*
- c) Balancete Consolidado.*

Destaca-se que o balancete referente ao mês de abril de 2015 foi encaminhado a Previc no dia 01/06/2015, descumprindo o prazo legal de envio. O fato foi reportado na 22ª reunião ordinária da Diretoria Executiva realizada no dia 12/06. Na oportunidade, o Diretor de Administração estabeleceu processo formal de trabalho que mensalmente deverá constar o comprovante de envio dos balancetes a Previc.

Sobre o assunto o Conselho Fiscal registrou na ata da 6ª sessão ordinária realizada no dia 15 de junho de 2015, no item 8.3 “*O Conselho solicita aperfeiçoamento no fluxo de contabilidade e escrituração da FUNPRESP-JUD, bem assim da necessária supervisão da área responsável, para que se evitem atrasos no encaminhamento das demonstrações contábeis, tal qual ocorrida no mês de abril de 2015.*”

Esta Assessoria analisou o processo de trabalho nº 00.59/2015, criado por determinação do Diretor de Administração, onde constam os relatórios mensais da contabilidade desde janeiro de 2015, bem como os protocolos dos envios dos balancetes mensais à Previc, confirmando que, com exceção do balancete do mês de abril de 2015, o prazo legal para o envio das demonstrações contábeis e dos balancetes à Previc está sendo cumprido.

Conforme registrado no relatório de controles internos referente ao 2º semestre de 2014, foi encaminhado por meio dos Ofícios nº 179 e 180/PRESI-DE, de 29 de dezembro de 2014, respectivamente para a Caixa e para o BB, solicitando a devolução de valores de IR retidos na fonte durante o ano de 2013, decorrentes de aplicações financeiras em fundo de investimento.

A Caixa Econômica Federal realizou a devolução solicitada, parte em janeiro e parte em fevereiro de 2015.

Em relação à devolução do BB, permanece a recomendação para que haja acompanhamento com vistas à efetiva devolução, reportando à DIREX para fins de registro.

4. CONTRATOS E LICITAÇÕES

Durante o 1º semestre foram realizadas contratações e aquisições de bens e serviços de forma a subsidiar as atividades operacionais e de infraestrutura da Fundação.

Apresentamos abaixo as tabelas das aquisições e contratações referentes ao 1º semestre de 2015.

Aquisições de bens e serviços

PROCESSO	EMPRESA	OBJETO	MODALIDADE	EXECUTADO (1º Semestre)
00.013/15	Tokio Marine	Seguro contra Incêndio para a nova sede da Fundação	Dispensa	R\$ 2.271,50 *
00.078/14	Caixa Econômica Federal	Elaboração de Laudo de Avaliação de Aluguel para a nova sede da Fundação	Inexigibilidade	R\$ 5.459,15
00.050/14	Port Distribuidora Informática	Aquisição de 26 (vinte) toners Laser Jet Original (preto)	Dispensa	R\$ 7.581,60
00.007/15	Schneider Electric It Brasil Com. Equip	Aquisição de 2 (dois) No Breaks de 10KVA para a nova sede da Fundação	Ata de registro de preços	R\$ 16.400,00
00.017/15	Fashion Signs Comunicação Visual	Confecção de 01 Placa para a nova sede da Fundação	Dispensa	R\$ 7.900,00
00.038/15	Unilimp Distribuidora de Produtos de Limpeza	Aquisição de diversos produtos de limpeza e conservação para a nova sede da Fundação	Dispensa	R\$ 7.863,00
00.039/14	Link Data Informática	Aquisição de 500 (quinhentas) placas de patrimônio	Dispensa	R\$ 500,00
00.035/15	CEI Norte Artigos de Decoração Ltda - EPP	Aquisição de plantas ornamentais para a nova sede da Fundação	Dispensa	R\$ 1.763,50
00.035/15	Silvana Maria de Oliveira Decorações - ME	Aquisição de plantas ornamentais para a nova sede da Fundação	Dispensa	R\$ 2.236,00
00.039/15	TL Soluções Comunicação LTDA-ME	Aquisição de 01 (Um) vídeo porteiro para portaria da nova sede da Fundação	Dispensa	R\$ 1.450,00
00.041/15	T & S Extintores Eireli ME	Aquisição de 3 (três) extintores e setas Fotoluminescentes	Dispensa	R\$ 820,00
00.044/14	Vandeque da Silva Noleto de Jesus - ME	Aquisição de 3 (três) persianas para sala da Direx e sala de atendimento ao participante	Dispensa	R\$ 6.051,00
00.045/15	A Casa dos Capachos LTDA. ME	Aquisição de 01 (um) tapete tipo capacho para a área externa da recepção	Dispensa	R\$ 798,00
00.046/15	SG Comércio de Brindes LTDA - ME	Aquisição de brindes diversos para a Fundação	Dispensa	R\$ 7.957,25
00.044/15	Big Mkt Comércio e Locação de Maq. e Equipamentos LTDA. ME	Recarga de toners para a Fundação	Dispensa	R\$ 1.660,00
00.055/15	Arclean Ar Condicionado Split LTDA - ME	Instalação de 1 (um) condicionador de ar tipo Split no CPD da Fundação.	Dispensa	R\$ 880,00
Total aquisições				R\$ 71.591,00

* Valor pago para o ano todo.

Contratações

PROCESSO	EMPRESA	OBJETO	MODALIDADE	PREVISTO EXERCÍCIO 2015	EXECUTADO 1º SEMESTRE 2015
00.066/14	Trust Solutions	Licença de uso de Software de Gestão Previdenciária	Pregão	R\$ 346.873,00	R\$ 131.881,00
00.020/15	KPMG Auditores Independentes	Auditoria Contábil - Exercício 2014	Credenciamento	R\$ 49.560,00	R\$ 49.560,00
00.036/15	Pasqualetto Rosa e Prates, PRP Soluções Contábeis Ltda-ME	Consultoria Contábil	Credenciamento	R\$ 7.980,00	R\$ 7.980,00
00.001/15	Stag Central de Estágios Ltda	Concessão de Estagiários	Dispensa	R\$ 2.700,00	R\$ 405,00
00.018/15	VS Segurança	Sistema de Segurança Eletrônica da nova sede	Dispensa	R\$ 1.965,72	R\$ 491,43
00.072/14	ECT	Postagens dos documentos institucionais da Fundação	Dispensa		R\$ 526,00
00.007/14	Ticket Serviços S.A	Fornecimento de Ticket Alimentação e Refeição	Dispensa		R\$ 287,90
00.010/15	GVT	Contratação de Link de Internet para a nova sede da Fundação	Dispensa		R\$ 793,03
00.049/15	ESMPU	Treinamento do Corpo Funcional da Fundação	Acordo de Cooperação		N/A
00.011/15	SERPRO	Prestação de serviços de acesso a Infovia Brasília	Dispensa	R\$ 138.000,00	R\$ 9.264,20
00.079/14	Calidad Consultoria Imobiliária	Aluguel de Imóvel para a Funpresp-Jud	Dispensa	R\$ 350.000,00 *	R\$ 150.000,00
00.084/14	Protocolo de Cooperação com MPF	Apoio para execução operacional da gestão da fundação	Dispensa		R\$ 0,00
Total contratações				R\$ 897.078,72	R\$ 351.188,56

* Antecipação de 02 aluguéis em conformidade ao item 12.1 do Contrato.

Comentários

No mês de novembro de 2014 ocorreu o monitoramento da área de contratos no âmbito do Programa de Controle Interno – PCI, e os resultados constam de relatório específico, enviado ao Conselho Fiscal por e-mail e pelo Ofício nº 39/PRESI-DE, de fevereiro de 2015.

O objetivo foi avaliar se os procedimentos adotados para execução das compras e formalização dos contratos estão de acordo com as regras de licitação, com a previsão orçamentária e com a completa instrução da documentação, de forma a verificar a adequação do processo de contratação e compras.

Recomendou-se a **modelagem/mapeamento de processos** da área de contratação e demais áreas envolvidas no processo, alinhados com a estratégia, com os objetivos e com as ações da organização e que os procedimentos de contratação de terceiros e de administração de contratos sejam descritos em manual e divulgados no âmbito interno e externo da Fundação.

Além disso, é essencial que se mantenha a integração entre as áreas técnicas proponentes, a administrativa/financeira e a jurídica referente aos procedimentos licitatórios e de contratação/compras.

5. GESTÃO DO PASSIVO

As informações abaixo constam do Relatório apresentado pela **Diretoria de Seguridade - DISEG**.

O controle do passivo atuarial (obrigações e compromissos da EFPC) é importante para avaliação da aderência das hipóteses atuariais do plano de benefícios. Considera as avaliações atuariais anuais e os testes de aderência, bem como a análise (pelo balancete) do resultado econômico e financeiro do plano, examinando sua solvência. O passivo atuarial é composto pelas reservas matemáticas e pelos fundos previdenciais.

As principais normas relativas à matéria atuarial e de cadastro são:

- Lei nº 9.613, de 1998 (regulamentada pela Instrução Normativa SPC nº 18, de 2007) que obriga as EFPC a manter atualizadas as informações cadastrais de seus participantes;
- Resolução nº 18, de 2006 (alterada pela Resolução CNPC nº 9, de 2012, e pela Resolução CNPC nº 15, de 2014) que estabelece os parâmetros técnico-atuariais de planos de benefícios;
- Instrução PREVIC nº 7, de 2013, que traz orientações e procedimentos na realização dos estudos técnicos de aderência das hipóteses biométricas;
- Instrução SPC nº 24, de 2008, que estabelece o envio dos dados estatísticos de população e de benefícios.

5.1 Bases Cadastrais e Estatísticas

De acordo com a Coordenadoria de Arrecadação e de Cadastro (COARC):

A data-base dos dados utilizados neste levantamento está posicionada em 30/06/2015, com as fichas de adesões recepcionadas pela entidade até o mês de julho de 2015. O plano permanece sem benefícios concedidos, não havendo, portanto, ocorrência de morte ou invalidez.

As informações cadastrais foram submetidas a testes e críticas de consistência e, após retificações, consideradas válidas. São 2.350 participantes em junho de 2015. Destes, são 2.281 participantes patrocinados, 47 vinculados, 21 no prazo de opção dos institutos e 1 autopatrocinado.

A seguir apresentamos informações estatísticas da massa de participantes, considerando o participante autopatrocinado e os no prazo de opção dos institutos como patrocinados. Cabe ressaltar que algumas estatísticas poderão ser modificadas em função do recebimento de fichas de inscrição posteriores à data de extração dos dados cadastrais.

Tabela 1 - Quantidade em junho/15 e dezembro/14, por sexo e tipo de participante.

Participante	Quantidade				Diferença entre Junho/15 e Dezembro/14		Variação entre Junho/15 e Dezembro/14	
	jun/15		dez/14		M	F	M	F
	M	F	M	F				
Patrocinado	1.147	1.156	707	674	440	482	62,33%	71,51%
Vinculado	36	11	22	2	14	9	63,64%	450,00%
Total por sexo	1.183	1.167	729	676	454	491	62,28%	72,63%
Total geral	2.350		1.405		945		67,26%	

Tabela 2 - Percentual de participantes em junho/15 e dezembro/14, por sexo e tipo de participante no plano.

Participante	Percentual			
	jun/15		dez/14	
	M	F	M	F
Patrocinado	48,81%	49,19%	50,32%	47,97%
Vinculado	1,53%	0,47%	1,57%	0,14%
Percentual do total geral	50,34%	49,66%	51,89%	48,11%

Tabela 3 - Idades mínima, máxima e média, por sexo e tipo de participante no plano.

Participante	Idade mínima				Idade máxima				Idade média			
	jun/15		dez/14		jun/15		dez/14		jun/15		dez/14	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Patrocinado	19	20	20	18	61	61	60	60	32	32	31	31
Vinculado	28	33	28	37	58	54	55	49	42	39	41	43

Tabela 4: saldo da conta Participante e da conta Patrocinador (em reais).

Saldo da conta	jun/15	dez/14	Percentual de variação entre Junho e Janeiro
Participante	R\$ 6.787.623,56	R\$ 2.734.870,80	148,19%
Patrocinador	R\$ 5.001.859,39	R\$ 2.019.078,45	147,73%
Total	R\$ 11.789.482,95	R\$ 4.753.949,25	147,99%

O saldo conta Participante é superior ao da conta Patrocinador em função dos participantes vinculados, autopatrocinados, contribuições facultativas e das portabilidades.

Tabela 5 – Distribuição dos participantes por patrocinador

Patrocinador	Qtd.	%	Patrocinador	Qtd.	%	Patrocinador	Qtd.	%	Patrocinador	Qtd.	%
MPF	323	13,74%	SJPR	24	1,02%	TRERS	8	0,34%	SJMT	3	0,13%
TRT2	204	8,68%	TRT3	24	1,02%	CJF	7	0,30%	TREES	3	0,13%
TJDFT	150	6,38%	SJCE	22	0,94%	MPM	7	0,30%	TREPI	3	0,13%
MPT	146	6,21%	SJRS	21	0,89%	TREBA	7	0,30%	TRT19	3	0,13%
MPDFT	113	4,81%	TRT23	21	0,89%	TRECE	7	0,30%	TRT21	3	0,13%
TRT1	113	4,81%	SJPB	20	0,85%	TRT11	7	0,30%	SJGO	2	0,09%
STJ	90	3,83%	TREMG	19	0,81%	TRT13	7	0,30%	TREPR	2	0,09%
TRT8	90	3,83%	TREAM	18	0,77%	TRT14	7	0,30%	TRF5	2	0,09%
TST	60	2,55%	TRF1	17	0,72%	TSE	7	0,30%	TRT20	2	0,09%
TRF3	59	2,51%	SJSC	15	0,64%	TREMS	6	0,26%	SJAC	1	0,04%
STF	57	2,43%	TRF4	14	0,60%	TRT6	6	0,26%	SJAL	1	0,04%
TRT10	56	2,38%	SJBA	13	0,55%	SJPA	5	0,21%	SJMA	1	0,04%
TRT15	49	2,09%	TRT17	13	0,55%	SJRO	5	0,21%	SJPI	1	0,04%
TRT9	49	2,09%	SJDF	12	0,51%	SJRR	5	0,21%	SJRN	1	0,04%
TRT12	47	2,00%	TRERJ	12	0,51%	SJTO	5	0,21%	SJSE	1	0,04%
CNJ	45	1,91%	TRF2	12	0,51%	TREPE	5	0,21%	TREDF	1	0,04%
SJRJ	41	1,74%	STM	11	0,47%	TRT5	5	0,21%	TREMT	1	0,04%
SJSP	38	1,62%	TREPA	11	0,47%	SJAP	4	0,17%	TREPB	1	0,04%
SJMG	36	1,53%	TRT24	10	0,43%	SJES	4	0,17%	TRETO	1	0,04%
TRT18	33	1,40%	TRESP	9	0,38%	SJMS	4	0,17%	TRT7	1	0,04%
TRT16	31	1,32%	SJPE	8	0,34%	TRT22	4	0,17%	Total Geral	2.350	100,00%
TRT4	27	1,15%	TRERO	8	0,34%	MPU	3	0,13%			

5.2 Informações Atuariais e de Benefícios

A Coordenadoria de Atuária e de Benefícios (COABE) deste modo se manifestou:

De acordo com a Resolução CGPC nº 18, de 2006, as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras devem estar adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do Plano de Benefícios.

A Instrução PREVIC nº 7, de 2013, traz orientações às entidades fechadas de previdência complementar na realização dos estudos técnicos de adequação e aderência das hipóteses, com eficácia para as avaliações atuariais até o encerramento do exercício de 2015.

Seus principais pontos são:

- *A comprovação de adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos e do plano de benefícios é exigida para os planos cujos benefícios tenham seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como para os planos que adquiram*



FUNPRESP-JUD

Fundação de Previdência Complementar do
Servidor Público Federal do Poder Judiciário

característica de benefício definido na fase de concessão (redação dada pela Resolução MPS/CNPC 15, de 19/11/2014).

- *O estudo de aderência deverá ser elaborado pelo atuário do plano, no qual devem ser demonstradas a adequação e aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras adotadas na avaliação atuarial às características da massa de participantes e assistidos, à rentabilidade projetada dos investimentos e ao fluxo de receitas e despesas (art. 2º).*
- *Validade máxima de três anos, excetuando-se a taxa de juros e crescimento salarial, cuja validade máxima será de um ano (§ 1º do art. 2º).*
- *Aprovação do estudo pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo (art. 4º).*
- *O estudo deverá ser atestado em parecer do Conselho Fiscal (§ 1º do art. 4º).*
- *Comprovar a aderência em um período de, no mínimo, 3 exercícios (I do art. 6º).*
- *Constatada a impossibilidade de demonstração de aderência, deverão constar no estudo técnico as justificativas e resultados que tenham levado a essa conclusão (art. 7º). Exceto à hipótese de taxa real de juros.*

Considerando o recente início plano de benefícios, a reduzida massa de participantes, e a não ocorrência de eventos decrementais até a presente data (ocasionada principalmente pela baixa média de idade dos participantes patrocinados), não foi possível desenvolver testes estatísticos de maior consistência. Adotou-se procedimento análogo ao informado no Demonstrativo Atuarial – DA, em que é confrontada a quantidade de eventos esperados para o ano de 2015 (previsto no estudo de aderência das hipóteses, base 12/2014) e a quantidade de eventos ocorridos no 1º semestre de 2015, mas que se depreende a adequação das premissas adotadas, de forma a garantir a cobertura dos benefícios de risco do plano.

- *Mortalidade esperada para 2015:*

Sexo	Esperado	Observado
Masculino	0,487	0
Feminino	0,263	0
Total	0,75	0



- *Entrada em invalidez esperada para 2015.*

Sexo	Esperado	Observado
Masculino	0,674	0
Feminino	0,601	0
Total	1,275	0

As hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas são:

Tabela 6: hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras.

Hipóteses atuariais	2014
Taxa real de juros	4% a.a.
Crescimento real de salários	0%
Crescimento real de benefícios	0%
Fator de determinação do valor real dos salários	100%
Fator determinação do valor real dos benefícios	100%
Rotatividade	0%
Tábua de mortalidade geral	RP 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas

A taxa real de juros, utilizada apuração do Fundo de Cobertura dos Benefícios Extraordinários – FCBE e no fator financeiro de conversão do saldo em renda – Fator (Exp; i%) dos benefícios descritos no capítulo VIII, do Regulamento do Plano, permanece em 4,00% ao ano. Mantem, dessa forma, relação com a rentabilidade real do retorno dos investimentos no longo prazo.

5.3 Provisões Matemáticas

Segundo o relatório da DISEG, as provisões matemáticas do 1º semestre de 2015, registradas nos balancetes do plano, apresentaram os seguintes valores no período analisado:

Tabela 7- valores mensais das provisões matemáticas.

MÊS	Benefícios a Conceder – Contribuição Definida	FCBE	Patrimônio de Cobertura do Plano ⁽¹⁾
Janeiro	R\$ 5.747.790,29	R\$ 941.846,21	R\$ 6.689.636,50
Fevereiro	R\$ 6.773.523,07	R\$ 1.114.105,35	R\$ 7.887.628,42
Março	R\$ 7.921.672,47	R\$ 1.307.778,64	R\$ 9.229.451,11
Abril	R\$ 9.021.008,07	R\$ 1.525.253,93	R\$ 10.546.262,00
Maiο	R\$ 10.486.929,60	R\$ 1.751.696,56	R\$ 12.238.626,16
Junho	R\$ 11.789.482,95	R\$ 1.988.426,92	R\$ 13.777.909,87

1: Patrimônio de Cobertura = Saldo das Contas de RAN, RAS e FCBE

5.4 Monitoramento das Obrigações

Destacou o relatório que, “Foi recebido pela COABE o Despacho PRESI nº 194, de 22/07/2015, dando ciência ao Ofício Circular nº 02/DITEC/PREVIC, datado de 30/06/2015, o qual tratou da suspensão do prazo para envio à PREVIC da Estatística de Benefícios e População relativa ao 1º semestre de 2015.

Consta no referido Ofício que as informações do 1º semestre serão enviadas juntamente com as do 2º semestre, em prazo e meio a serem divulgados oportunamente.

Cabe citar a Instrução MPS/PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015, que estabelece orientações e procedimentos na realização dos estudos técnicos que visem a atestar a adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos do plano de benefícios. Sua aplicação é facultativa para a avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2015 e obrigatória a partir do exercício de 2016.

A Resolução MPS/CNPC nº 15, de 19/11/2014, exigia que tais estudos fossem realizados por planos cujos benefícios tivessem seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio fosse determinado atuarialmente, bem como para os planos que adquirissem característica de benefício definido na fase de concessão.

A nova Instrução passou a exigir o estudo para os planos que, independentemente de sua modalidade, possuam obrigações registradas em provisão matemática de benefício definido, como é o caso da conta de registro do FCBE.

A COABE efetua o acompanhamento permanente das hipóteses atuariais utilizadas no plano de benefícios, em observância à legislação aplicável, cabendo, para fins de avaliação atuarial, a realização do estudo de aderência nos moldes da Instrução supracitada.”



Comentários

Verifica-se que as premissas e hipóteses atuariais estão aderentes e observam a legislação em vigor, bem como os resultados atuariais do plano apresentam adequada evolução.

Importante zelar pela atualização dos dados cadastrais, e para tanto é recomendável que se mantenham as rotinas de recadastramento e testes de consistência, de forma a se obter as informações com a qualidade necessária para a execução dos cálculos atuariais.

Vale destacar as atividades da Coordenadoria de Atuária e Benefícios, do ponto de vista atuarial e de seguridade:

- *Finalização do Relatório da Avaliação Atuarial de 2014, com o Plano de Custeio e Parecer Atuarial;*
- *Transmissão do Demonstrativo Atuarial à PREVIC;*
- *Resgate de contribuições;*
- *Relatório de crítica da base cadastral de março e confrontação dos saldos entre o sistema previdenciário e o registro contábil, em maio/15;*
- *Elaboração das Reservas Matemáticas mensais.*
- *Parametrização do sistema previdenciário da TRUST;*
- *Validação do resgate de contribuições no sistema previdenciário;*
- *Relatório de crítica da base cadastral mensal e confrontação dos saldos entre o sistema previdenciário e o registro contábil, de novembro/2013 a abril/2015.*
- *Parametrização do sistema previdenciário da TRUST;*
- *Validação do resgate de contribuições no sistema previdenciário;*
- *Relatório de crítica da base cadastral mensal e confrontação dos saldos entre o sistema previdenciário e o registro contábil, de novembro/2013 a abril/2015.*

Da mesma forma, foram positivos os seguintes procedimentos adotados pela DISEG, especialmente para mitigar riscos e eventuais inconsistências na base cadastral, bem como para aprimorar os mecanismos de controle da arrecadação:

- *Migração da base cadastral do sistema de gestão previdenciária do Banco do Brasil para o novo sistema (Trust Prev) licitado pela Funpresp-Jud;*
- *Revisão do Manual do Patrocinador;*
- *Criação de relatório cadastral via ferramenta de BI (Business Intelligence);*
- *Migração dos dados financeiros, dos participantes, para o novo sistema (TrustPrev), licitado pela Funpresp-Jud;*
- *Disponibilização do extrato de contribuições de janeiro/2015 a maio/2015;*
- *Especificação e declaração de critérios para implantação do novo módulo previdenciário;*
- *Resposta ao questionário de controles internos PCI – Arrecadação;*
- *Mapeamento dos processos de arrecadação e cadastro.*

Relevante lembrar que no mês de março de 2015 ocorreu o monitoramento da área de **arrecadação** no âmbito do Programa de Controle Interno – PCI. Com o objetivo de avaliar as atividades relacionadas ao processo de arrecadação de contribuições, de acordo com as normas regulamentares, verificou-se os controles praticados no monitoramento de prazos, procedimentos de cobrança de inadimplência, depuração e tratamento de contribuições indevidas e em atraso, e a conformidade quanto à alimentação das reservas individuais e fundo coletivo das contribuições vertidas ao plano.

Recomendou-se *“Em relação ao processo de checagem de contribuições para assegurar que os valores repassados à Entidade estejam corretos, recomenda-se que, após a implantação do sistema de gestão previdenciária, sejam realizados os devidos procedimentos de validação, conciliação e acompanhamento de inconsistências, reportando os resultados aos órgãos estatutários e de controle.*

Sobre o acompanhamento das operações realizadas por pessoas politicamente expostas e informações ao COAF, a Entidade deverá, nos termos do art. 14 da Instrução PREVIC nº 18, desenvolver, implementar e manter atualizados os procedimentos de controle interno que viabilizem a observância das disposições contidas na referida Instrução, para eventual comprovação junto aos órgãos fiscalizadores.

Por fim, como boa prática gerencial, é desejável que se apresente relatório de controle de arrecadação com o fechamento mensal da arrecadação de participante e patrocinadora, bem como se emita periodicamente relatórios de atividades que descrevam com tempestividade e adequação as principais ações desempenhadas, os controles aplicados e os resultados obtidos.

Destaque positivo para a publicação em 25 de junho de 2015 da Resolução Conjunta STF/MPU nº 1, de 23 de junho de 2015, que orienta os patrocinadores sobre o regime de previdência complementar, estabelece procedimentos operacionais para a aplicação do plano de benefícios e institui o Manual do Patrocinador.

6 GOVERNANÇA

Está em fase de elaboração, conforme determinação do Conselho Fiscal, o Manual de Governança da Funpresp-Jud, com previsão de conclusão no 2º semestre de 2015.

O Código de Ética da Funpresp-Jud foi aprovado pelo Conselho Deliberativo na 2ª sessão ordinária realizada em 14 de fevereiro de 2014 e está aderente às recomendações constantes do Guia de “Melhores Práticas de Governança para Entidades Fechadas de Previdência Complementar” editado pela PREVIC em setembro/2012.

6.1 Plano de monitoramento e avaliação do Planejamento Estratégico

O processo de monitoramento e avaliação visa assegurar a interação entre o planejamento e sua execução, viabilizando a correção de desvios e a retroalimentação permanente de todo o processo de planejamento.

No âmbito da Funpresp-Jud, verifica-se que existe um monitoramento contínuo do cumprimento do Planejamento Estratégico e do Plano de Ação Tático, suas respectivas metas e ações, bem como a apuração trimestral dos indicadores de gestão e desempenho.

O Planejamento Estratégico e o Plano de Ação Tático propõem metas e indicadores vinculados a cada objetivo e respectivas ações, na seguinte lógica: **Planejamento Estratégico → Objetivo estratégico → Meta → Indicador → Ação.**

Com vistas a agilizar e padronizar o monitoramento e a avaliação, foram destacados responsáveis por cada ação, embora a execução tenha sido compartilhada com uma equipe.

Ao longo do semestre, foram realizadas reuniões com toda a equipe para avaliar o andamento das ações e implantar eventuais correções de rumo.

Da mesma forma que o Plano de Ação foi elaborado a partir de uma abordagem estratégica, igualmente o processo de monitoramento e avaliação dos resultados do Planejamento Estratégico pauta-se em ações consideradas prioritárias para estruturar a Fundação, tendo em vista a sua fase de desenvolvimento e a constituição do quadro funcional ter ocorrido em junho de 2014.

O estágio das ações vinculadas aos objetivos estratégicos foi informado pelos gestores responsáveis das ações e validado pelo Diretor da área e constam do Anexo II do Relatório.

Os resultados dos indicadores e respectivas informações constam do Anexo I do Relatório, individualizados por indicador, tendo os formulários sido preenchidos pelos gestores das ações e validadas pelo Diretor da área.

7 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Segundo o Manual de Controles Internos da Abrapp (1ª ed. 2004, pg. 10): “*O gerenciamento de risco é um processo de persistência, não um programa esporádico.*”. O citado Manual (pg. 12) esclarece as funções de controle na organização:

(...) Seu foco de atuação é no sentido de direcionar esforços para os processos avaliados como de maior risco operacional, atuando como parceiro da área de negócios através do monitoramento constante sobre atividades e processos e acompanhamento de novos projetos e operações. Seu caráter preventivo difere da Auditoria interna, que analisa dados históricos em busca de registros e evidências visando à identificação e quantificação dos problemas.

Outro papel das unidades e instâncias de controle é auxiliar as demais áreas a estruturarem seus controles internos a serem aplicados primariamente pelas próprias áreas técnicas.

7.1 Programa de Controle Interno

A Diretoria Executiva aprovou, entre outras ações, o **Programa de Controle Interno – PCI 2014**, tendo sido construído a partir de eventos identificados e avaliados ponderando-se a probabilidade de ocorrência e sua consequência (gravidade).

Considerando a posse desta Assessora de Controle Interno em julho, algumas atividades e relatórios decorrentes do Programa de Controle Interno estão em fase de alinhamento com as áreas e serão finalizadas durante o 2º semestre de 2015.

De acordo com o PCI, os macroprocessos e os processos foram divididos nos seguintes **grupos de risco**:

- **Administrativo:** São macroprocessos e processos essenciais para a gestão efetiva da Funpresp-Jud, que assegurem o suporte adequado aos processos de negócio e de governança. Estão relacionados à gestão dos recursos necessários para o desenvolvimento dos processos internos. Os produtos e serviços destes tipos de processos se caracterizam por terem como clientes, principalmente, elementos relacionados ao sistema corporativo da Fundação.
- **Governança Corporativa:** Macroprocessos e processos ligados à estratégia da Fundação. São processos gerenciais ou de informação e decisão, que estão diretamente relacionados à formulação de políticas e diretrizes para o estabelecimento e consecução de metas, bem como ao estabelecimento de métricas (indicadores de desempenho) e às formas de avaliação dos resultados alcançados pela Fundação.
- **Previdenciário e de Investimento:** Referem-se à essência do funcionamento da Fundação. São os macroprocessos e processos que caracterizam a atuação da Funpresp-Jud e apoiam outros processos internos, gerando produtos/serviços para os clientes ou usuários.

Em relação à **natureza do risco** foi adotada a seguinte classificação:

- **Risco Atuarial:** decorre de desvios nas premissas utilizadas nos modelos matemáticos e nas projeções atuariais. As premissas estabelecidas no dimensionamento dos compromissos de custeio dos planos de benefícios envolvem hipóteses sobre taxas de juros de longo prazo, conjuntura econômica, crescimento salarial, índices de reajustes de benefícios, indicadores biométricos, entre outras.
- **Risco Operacional:** possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de eventos externos.



- **Risco de Governança:** diretamente relacionado com a gestão das EFPC, que compreende a prestação de contas de seus dirigentes e a conformidade legal dos atos praticados. É subsidiário ao risco operacional, e advém da inadequação da estrutura vigente na EFPC para com o seu perfil e o seu porte frente aos riscos por ela assumidos, tais como concentração de poderes, conflito de interesses, segregação de funções, quantitativo de pessoal.
- **Risco de Tecnologia da Informação:** relacionado ao risco operacional, e decorre de falhas na segurança, confiabilidade, desempenho e conformidade dos sistemas.
- **Risco de Mercado:** possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições financeiras detidas pela EFPC. A variação da taxa de juros, da taxa de câmbio, dos preços de ações e derivativos são fontes desse risco.
- **Risco de Crédito:** possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos devido às vantagens concedidas na renegociação de contratos e aos custos de recuperação.
- **Risco de Liquidez:** descasamento dos fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos possam não estar disponíveis na data do pagamento dos benefícios e demais obrigações do plano, bem ainda a dificuldade de alienação de determinado ativo ou alienação por valor abaixo do esperado devido à falta de negociabilidade do respectivo instrumento financeiro.
- **Risco Legal:** surge quando os procedimentos e rotinas desrespeitam o ordenamento jurídico, quando ocorrem alterações na legislação ou em decorrência de mudança da interpretação judicial.

A ponderação entre a probabilidade de ocorrência do risco e sua consequência resultou na **Matriz de Risco**, parte integrante do PCI, tendo como foco inicial os pontos que foram identificados como de maior exposição nesta primeira fase da Funpresp-Jud. O quadro geral com os riscos de todas as atividades da Fundação será objeto de outra fase do PCI, que se pretende no futuro que seja um Programa Permanente de Monitoramento.

Desse modo, o PCI apresenta os critérios e objetivos de avaliação das áreas internas da Fundação, por meio do monitoramento contínuo dos principais resultados da Entidade, de suas atividades e dos respectivos riscos.

No primeiro semestre de 2015, foram realizados os trabalhos de acompanhamento dos Planos de Ação do Planejamento Estratégico com relação à execução orçamentária e processo de arrecadação.

Os resultados da avaliação da execução orçamentária e do processo de arrecadação encontram-se em relatórios individuais, conforme citado nos itens respectivos deste relatório.

Importante notar que neste ciclo de avaliação os trabalhos do PCI se desenvolveram em termos mais conceituais e tático/estratégicos, considerando que parte dos procedimentos operacionais ainda está em construção e normatização.

A extensão dos trabalhos do PCI é ponderada com a dinâmica atual das unidades e tem o sentido notadamente de prevenção, estando mais associados à diminuição da incerteza em relação a eventos futuros, além de buscar avaliar a adequação dos procedimentos às normas internas e externas.

Todas as unidades internas devem possuir seus próprios controles em relação às suas atividades desempenhadas, sejam por sistemas, planilhas, relatórios ou procedimentos de verificação, necessitando reportar aos responsáveis os resultados desses controles.

No contexto operacional atual da Fundação observa-se que, além das atividades de rotina, está em curso uma série de questões estruturantes como a implantação/parametrização do sistema corporativo de previdência, o mapeamento/manualização de processos, projetos e contratações em andamento, bem assim diversas demandas de prestação de informações.

Tais atividades resultam em esforço de trabalho para todas as unidades. Com efeito, é importante examinar o **custo/benefício de atividades de controle** para evitar que o custo seja maior do que o benefício alcançado, ou mesmo considerar o impacto nas rotinas das áreas.

Conforme registrado, no Relatório de Controles Interno referente ao 2º semestre de 2014 será importante fazer avaliações em **nível de atividade** na próxima formulação e execução do PCI, na proporção do avanço dos processos de mapeamento e normatização da Fundação.

7.2 Certificação dos Administradores e demais Participantes do Processo Decisório dos Investimentos

Sobre o processo de certificação a Resolução CMN nº 3.792/2009, define em seu Art. 8º que, *“A aplicação dos recursos dos planos da EFPC requer que seus administradores e demais participantes do processo decisório dos investimentos sejam certificados por entidade de reconhecida capacidade técnica.”*

A Resolução CNPC nº 19, de 30 de março de 2015, define regras quanto ao processo de certificação, habilitação e qualificação no âmbito das entidades fechadas de previdência complementar, conforme transcrito a seguir:

“Art. 2º Para fins desta Resolução, entende-se por:

***I-certificação:** processo realizado por entidade certificadora para comprovação de atendimento e verificação de conformidade com os requisitos técnicos necessários para o exercício de determinado cargo ou função;*



II-habilitação: processo realizado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc para confirmação do atendimento aos requisitos condicionantes ao exercício de determinado cargo ou função; e

III-qualificação: processo continuado pelo qual o dirigente ou profissional envolvido na gestão dos planos de benefícios aprimoram seus conhecimentos e sua capacitação para o exercício de suas atribuições na EFPC.

“Art. 5º Será exigida certificação para o exercício dos seguintes cargos e funções:

- I- membro da diretoria-executiva;
- II- membro do conselho deliberativo e do conselho fiscal;
- III- membro dos comitês de assessoramento que atuem na avaliação e aprovação de investimentos; e
- IV- demais empregados da EFPC diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos.

§ 1º As pessoas relacionadas nos incisos I, II e III terão prazo de um ano, a contar da data da posse, para obterem a certificação, exceto o AETQ e as pessoas relacionadas no inciso IV, que deverão estar certificados previamente ao exercício dos respectivos cargos.

§ 2º Para as entidades acessíveis aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas privadas e associados de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, a certificação prevista no caput será exigida para a maioria dos membros dos conselhos deliberativo e fiscal.

§ 3º Para fins do cômputo da maioria de que trata o § 2º, os conselheiros titulares e suplentes serão considerados como grupos distintos e, dessa forma, deverá ser apurada a maioria em relação a cada um dos referidos grupos e a cada conselho.

§ 4º A EFPC será responsável pela cobertura das despesas decorrentes do processo de certificação e qualificação das pessoas relacionadas no caput.

§ 5º Observado o disposto no § 1º, os membros da diretoria-executiva e os membros do conselho fiscal, do conselho deliberativo e dos comitês de assessoramento, que tomaram posse antes de 16 de abril de 2015, terão prazo de um ano para obterem certificação, exceto o AETQ e as pessoas relacionadas no inciso IV, que deverão ser certificados previamente.”

Com relação aos membros da Diretoria Executiva, estão certificados: a Diretora-Presidente, o Diretor de Investimentos e o Diretor de Administração.

Dos membros do Comitê de Investimentos e Riscos – COINV, estão certificados o Coordenador de Investimentos e Finanças (Presidente do COINV), o Coordenador de Atuação e de Benefícios e a Chefe de Gabinete. Os demais membros do COINV providenciarão suas certificações até o fim do mês de agosto.

No caso dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, desde o ano de 2014 há previsão orçamentária para que todos realizem treinamento específico e possam ser certificados.

7.3 Ferramenta de gerenciamento de riscos

As Leis Complementares nº 108 e 109, de 2001, e outros normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC, sucedido pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, ressaltam a necessidade de aprimoramento das práticas de controles internos; de governança corporativa; clareza nas demonstrações contábeis; aperfeiçoamento de controles orçamentários; aplicação dos recursos com foco na gestão de riscos; maior comunicação com participantes e educação previdenciária.

A Resolução CGPC nº 13, de 2004, estabelece princípios, regras e práticas de governança, gestão de riscos e controles internos a serem observados pelas EFPC. A gestão estratégica das Entidades necessita de controles internos gerenciais que possibilitem um modelo organizacional que identifique e trate os eventos de risco, para se garantir segurança e transparência para os seus participantes.

Considerando o porte da Funpresp-Jud e as atividades em desenvolvimento, será de extrema importância o mapeamento dos processos para análise das fragilidades e apontamentos de melhoria nas rotinas. O monitoramento e os resultados dos trabalhos continuarão sendo monitorados e analisados por esta ASCOI e reportados aos órgãos estatutários, em tempo, para análise e providências necessárias.

Tendo em vista a posse desta Assessora de Controle Interno em julho e a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI da Funpresp-Jud, será analisada, oportunamente, a aquisição de uma ferramenta tecnológica de gerenciamento de riscos.

7.4 Acompanhamento das Obrigações Legais

Para monitorar o cumprimento dos prazos legais (regulatórios), a Funpresp-Jud utiliza o *software* “**Calendário de Obrigações**” disponibilizado pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP.

Anualmente, são associadas aos respectivos responsáveis as obrigações legais, com periodicidade, anual, semestral, mensal e quinzenal e quando aplicável.

O monitoramento do cumprimento das obrigações é realizado por esta ASCOI, a fim de mitigar o risco do descumprimento das obrigações por parte da Funpresp-Jud.

Listamos, a seguir, algumas obrigações monitoradas por meio da ferramenta:

- i. Enviar as informações contábeis à PREVIC;

- ii. Enviar os demonstrativos de investimentos à PREVIC;
- iii. Aprovar as Políticas de Investimentos para o exercício subsequente;
- iv. Enviar e divulgar as políticas de investimentos à PREVIC, Patrocinadoras, Participantes e Assistidos;
- v. Aprovar as premissas e hipóteses atuariais e planos de custeio dos Planos de Benefícios para o exercício subsequente;
- vi. Enviar as Demonstrações Atuariais (DA) à PREVIC;
- vii. Enviar os Dados Estatísticos de População e de Benefícios à PREVIC. Demonstrativo Estatístico (DE) e Demonstrativo Estatístico Sexo/Idade (DSI);
- viii. Aprovar as diretrizes e o orçamento corporativo para o exercício subsequente;
- ix. Acompanhar as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais;
- x. Acompanhar a entrega de material explicativo com as características dos planos de benefícios aos novos participantes no ato da inscrição no plano de benefícios;
- xi. Elaborar e divulgar o relatório anual de informações;
- xii. Divulgar as demonstrações contábeis;
- xiii. Registrar o Livro Diário;
- xiv. Manter atualizado o Portal da PREVIC (patrocinadoras e dirigentes).

7.5 Plano de acompanhamento das recomendações do Conselho Fiscal e da Auditoria dos Patrocinadores

Foi encaminhado à Senhora Presidente do Conselho Fiscal, por meio do Ofício nº 31/PRESI-DE, de 10 de fevereiro de 2015, relatório informando as providências adotadas ou esclarecimentos para cada uma das recomendações realizadas pela Comissão de Auditoria dos Patrocinadores, visando subsidiar o Conselho Fiscal no cumprimento de suas atribuições.

A seguir a tabela com os comentários atualizados do acompanhamento:

Item			Política e Processo de Investimentos		
Recomendações Elencadas:			Providências adotadas ou esclarecimentos:		
4.1	“Implementar o sistema de gerenciamento de risco de crédito, de	o de	A descrição e a normatização de todos os processos inerentes à Diretoria de Investimentos encontram-se em estágio avançado. Especificamente em relação à recomendação de implementação de sistema de gerenciamento de riscos, entendemos que o custo para a		



mercado e de liquidez da Funpresp-Jud, com normatização e descrição de todos os processos inerentes às áreas a eles afetas, preparando a entidade para atuar em ambiente de mercado financeiro mais complexo (item 3.1.3);”

aquisição de tal produto é desnecessário observando-se o momento atual da Fundação. Esclarecemos que as aplicações financeiras atuais são efetuadas unicamente por meio de fundos de investimento abertos (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), ou seja, a análise dos diversos fatores de risco é efetuada sistematicamente pelos gestores dos fundos de investimento. Adicionalmente, é importante ressaltar que os fundos de investimento atrelados ao IRF-MI e ao IMA-B5 são direcionados quase que exclusivamente à aquisição de títulos públicos federais (cujo risco de crédito, por definição, é inexistente) e uma parcela reduzida do patrimônio aplicada em operações compromissadas, cujo lastro são títulos públicos federais.

Entretanto, mirando-se o futuro e as possibilidades de novas alternativas de investimentos constantes da Política de Investimentos 2015, tais como renda variável e investimentos no exterior, informamos que os estudos para tanto estão sendo elaborados, inclusive no que se referem aos diversos possíveis custos envolvidos, seja por meio de carteira própria, carteira administrada ou fundo exclusivo. Neste momento, destacamos que ainda não será possível a utilização de fundos exclusivos tendo em vista que o patrimônio da Fundação ainda é relativamente modesto, o que inviabiliza tal veículo. No caso da eventual utilização de carteira administrada, as análises de risco (crédito, mercado e de liquidez) serão efetuadas pelo gestor contratado. Finalmente, caso a Fundação decida por realizar investimentos via carteira própria, já adiantamos que os investimentos serão conservadores e direcionados a pouquíssimos ativos (tais como títulos públicos federais, debêntures com risco de crédito AAA ou ETF). Neste caso, mais importante é a metodologia de análise dos diversos riscos, a qual já se encontra efetivada de maneira regular para os instrumentos de renda fixa, tais como: análise de volatilidade, Índice de Sharpe e suas variantes, Divergência Não Planejada (Tracking Error). O risco de crédito de debêntures, por exemplo, pode ser obtido via prospectos das emissões e são amplamente divulgados, inclusive em sites especializados. O risco de liquidez pode ser medido a partir das negociações dos diversos títulos ou ativos no mercado secundário e é possível obter os dados necessários nos sites do Tesouro Nacional, Banco Central, BM&FBovespa, entre outros.

De acordo com a Seção V – Das Condições dos Ativos, Resolução CMN 3.792/2009, “A aquisição de títulos e valores mobiliários classificados nos segmentos de renda fixa e de renda variável, bem como a prestação de garantias em investimentos de SPE, devem ser precedidas de análise de risco” (Art. 30). Porém, não é necessário realizar tal análise para os casos descritos no § 2º do mesmo artigo, o qual inclui títulos públicos federais, ações e demais valores



mobiliários negociados em bolsas de valores ou de mercadorias e de futuros, ETF RV (inciso III). Finalmente, o § 1º autoriza, para a análise do risco de crédito, a utilização “dentre outros critérios, a opinião emitida por agência de classificação de risco de crédito registrada ou reconhecida pela Comissão de Valores Mobiliários”.

Em resumo, por todo o exposto, consideramos que, embora necessário no futuro, a implementação de sistema de gerenciamento de risco (crédito, mercado e de liquidez) neste momento não atingirá o objetivo pretendido, além de ser um custo para a Fundação.

4.2

“Informar ao Conselho Fiscal o montante discriminado dos custos mensais com a gestão dos investimentos nos Planos e no PGA (item 3.1.4);”

A Fundação realiza a totalidade de suas aplicações financeiras. É importante ressaltar que a taxa de administração é cobrada em bases diárias e reflete diretamente nas cotas dos fundos, que são apresentadas aos investidores já de forma líquida (ou seja, após deduzida a taxa de administração). Assim, as rentabilidades de todos os fundos de investimento no país são apresentadas adotando-se este procedimento. Nesse sentido, os custos incorridos não transitam pela contabilidade da Fundação, visto que não há desembolso efetivo de recursos. Apenas a rentabilidade obtida é inferior àquela que seria conseguida caso não houvesse cobrança de taxa de administração (ou se fossem inferiores às praticadas). Na prática, o saldo final das aplicações dos Planos (Plano de Benefícios – PB e Plano de Gestão Administrativa – PGA) já reflete este custo.

De qualquer forma, a Fundação efetua um cálculo inverso, a partir da taxa de administração cobrada em cada fundo de investimento, para determinar qual seria a rentabilidade bruta obtida. A diferença entre ambas é o custo dos investimentos realizado pela Fundação, apresentados abaixo de forma agregada por Plano, que servem apenas a título de informação e de comparação entre possíveis investimentos.

PB	Rentabilidade		
	Líquida	Bruta	Diferença
jan/14	0,834%	0,851%	0,018%
fev/14	0,795%	0,811%	0,016%
mar/14	0,777%	0,792%	0,015%
abr/14	0,808%	0,824%	0,016%
mai/14	0,987%	1,006%	0,019%
jun/14	0,897%	0,919%	0,022%
jul/14	0,892%	0,917%	0,025%
ago/14	0,816%	0,839%	0,023%
set/14	0,610%	0,632%	0,022%
out/14	0,850%	0,874%	0,023%
nov/14	0,919%	0,937%	0,018%
dez/14	0,435%	0,454%	0,018%
Acumulado 2014	10,054%	10,311%	0,257%

PGA	Rentabilidade		
	Líquida	Bruta	Diferença
jan/14	0,837%	0,854%	0,017%
fev/14	0,791%	0,807%	0,016%
mar/14	0,770%	0,785%	0,015%
abr/14	0,839%	0,855%	0,016%
mai/14	0,862%	0,880%	0,018%
jun/14	0,845%	0,864%	0,019%
jul/14	0,926%	0,947%	0,022%
ago/14	0,827%	0,846%	0,019%
set/14	0,814%	0,834%	0,020%
out/14	0,849%	0,869%	0,021%
nov/14	0,786%	0,804%	0,019%
dez/14	0,897%	0,917%	0,020%
Acumulado 2014	10,517%	10,759%	0,243%



FUNPRESP-JUD

Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário

		Fundo de Investimento	CNPJ	Benchmark	Taxa Administração (ao ano)
		BB Institucional Fundo de Investimento Renda Fixa	02.296.928/0001-90	CDI (implícito)	0,20%
		BB Previdenciário Renda Fixa IRF-M 1 Títulos Públicos FIC	11.328.882/0001-35	IRF-M1	Até 0,30%
		BB Previdenciário Renda Fixa IMA-B5 LPFIC	03.543.447/0001-03	IMA-B5	0,20%
		FI Caixa Brasil REF DI LP	03.737.206/0001-97	CDI	0,20%
		FI Brasil IRF-M 1 Títulos Públicos RF	10.740.670/0001-06	IRF-M1	0,20%
		<i>Finalmente, informamos que tanto o Conselho Deliberativo quanto o Conselho Fiscal vêm sendo informados, visto que tais tabelas constam das apresentações mensais realizadas, desde o início de dezembro/2014, perante os referidos Conselhos.</i>			
4.3	<i>“Providenciar para que a entidade tenha banco de dados disponível e consistente, de forma tempestiva, para aferir os custos administrativos decorrentes de sua política de investimentos, procedendo para que haja maior controle sobre tais valores (item 3.1.4);”</i>	<i>A análise dos custos dos investimentos é efetuada desde a posse completa da Diretoria Executiva, ocorrida em janeiro/2014, a partir da análise das taxas de administração dos fundos de investimento abertos nos quais a Fundação aplica seus recursos. Especificamente em relação ao cálculo da diferença de rentabilidade (bruta x líquida), tal providência vem sendo adotada desde novembro/2014, com apresentação dos resultados aos Conselhos Deliberativo e Fiscal a partir de dezembro/2014.</i>			
4.4	<i>“Providenciar para que haja certificação de dirigentes, membros dos comitês, do AETQ, bem assim de todos aqueles responsáveis pela aplicação de recursos (item 3.1.5);”</i>	<i>A Diretora-Presidente, o Diretor de Investimentos e o Coordenador de Investimentos e Finanças (Presidente do Comitê de Investimentos e Riscos – COINV) já estão certificados. Os demais diretores e membros do COINV efetuarão prova de certificação nos próximos 120 dias. No caso dos conselheiros, desde o ano passado há previsão orçamentária para que todos, sem exceção, realizem treinamento específico e possam ser certificados. <i>Por oportuno, informamos que a Diretora de Segurança que atuou na Fundação até novembro de 2014 também possuía certificação.</i></i>			
Comentários ASCOI: <i>Em linha com a recomendação, foram certificados o Diretor de Administração, o Coordenador de Atuação e Benefícios e a Chefe de Gabinete, os dois últimos membros do Comitê de Investimento e Risco - COINV.</i>					



Os demais membros do COINV providenciarão suas certificações até o fim do mês de agosto.

Item	Processo de Cadastro, Arrecadação e Avaliação Atuarial	
	Recomendações Elencadas:	Providências adotadas ou esclarecimentos:
4.5	<p>“Aperfeiçoar os mecanismos de controle interno administrativo, no que se refere à validação dos valores das contribuições repassadas pelos participantes e patrocinadores (item 3.1.5.2);”</p>	<p>A partir da entrada dos novos colaboradores foram criados novos mecanismos para mitigar eventuais inconsistências e aprimoramento dos mecanismos de detecção, controle e monitoramento, dentre eles ressaltam-se os seguintes:</p> <p>I - criação do manual do Patrocinador (documento que fornece orientações aos Patrocinadores a respeito dos procedimentos operacionais).</p> <p>II - apresentação/treinamento dos responsáveis sobre os procedimentos operacionais, tendo como o manual do Patrocinador um guia de referência.</p> <p>III - criação e disponibilização aos Patrocinadores do modelo de relatório de repasse das contribuições para facilitar o processo conciliação financeira.</p> <p>IV - solicitação formal aos Patrocinadores sobre a necessidade de disponibilização de informações referentes a base de contribuição.</p> <p>V - realização de campanha de recadastramento com objetivo de obter os dados cadastrais dos Participantes que realizaram a inscrição com base na ficha de inscrição que não possuía todos os dados necessários para Entidade.</p> <p>VI - no que tange a novos procedimentos aos processos de detecção, controle e monitoramento, temos as seguintes ações:</p> <p>a) implantação de novo sistema de gestão previdenciária onde será possível definir regras de consistência dos dados e comunicação tempestiva aos Patrocinadores, além de definir, solicitar e receber novas informações relevantes ao processo de gestão previdenciária e atuarial;</p> <p>b) criação de instrução normativa para orientação dos Patrocinadores; e</p> <p>c) realização do mapeamento de processo da área de arrecadação e cadastro, no primeiro semestre de 2015. Nesta atividade contaremos com apoio especializado de um dos Patrocinadores.</p> <p>Acrescenta-se, ainda, que quanto ao Item 3.2.2 (saldos individuais divergentes): foram encaminhados ofícios aos Patrocinadores para manifestação e correção das divergências verificadas.</p>



Comentários ASCOI:

- No primeiro trimestre foi iniciada a implantação do novo sistema previdenciário, licitado pela Fundação;
- foi concluída a migração da base cadastral para o novo sistema, já sendo possível analisar de forma sistêmica a consistência das informações;
- está em fase de parametrização o módulo previdenciário, para recepção das informações de arrecadação;
- em 25 de junho foi publicada a Resolução Conjunta STF/MPU Nº 1, de 23 de junho de 2015, que orienta os patrocinadores sobre o regime de previdência complementar, estabelece procedimentos operacionais para a aplicação do plano de benefícios e institui o Manual do Patrocinador;
- foi implantado o Portal do Patrocinador, que centralizará o recebimento das informações disponibilizadas pelos órgãos patrocinadores, estabelecendo um canal direto de comunicação com a Funpresp-Jud;
- o mapeamento dos processos de Arrecadação e de Cadastro foi concluído, inclusive com proposta de manual de operacionalização das atividades;
- estão sendo desenvolvidos relatórios de acompanhamento das informações cadastrais dos participantes e de consistência dos dados, assim como o acompanhamento das contribuições e o resultado das análises efetuadas, os quais serão apresentados mensalmente aos órgãos estatutários.

4.6

“Providenciar para que sejam implementados os testes de aderência das premissas e hipóteses atuariais tão logo o plano de benefícios apresente histórico e massa de participantes adequados (item 3.2);”

A Instrução MPS/PREVIC 7, de 12/12/2013, trouxe orientações na realização dos estudos técnicos de adequação e aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras. Em seu item I do art. 6º é necessário comprovar a aderência das hipóteses em um período de, no mínimo, 3 exercícios. Em função do pouco tempo de atividade do plano de benefícios, da reduzida massa de participantes e da não ocorrência de eventos decrementais até a presente data, não foi possível desenvolver os testes estatísticos como, por exemplo, o Kolmogorov-Smirnov e o Qui-quadrado. A Entidade efetua um teste de aderência simplificado, através do monitoramento contínuo da massa de Participantes, observando, entre outros controles, a quantidade de eventos esperados (calculado pelas tábuas biométricas) e a quantidade de eventos ocorridos, adotando procedimento análogo ao informado no Demonstrativo Atuarial – DA.

Acrescenta-se, ainda, que quanto ao Item 3.2.2 (tempo de vínculo previdenciário anterior à entrada em exercício no Patrocinador e indicador sobre condições diferenciadas de aposentadoria, nos termos do art. 40, § 4º, da CF), os procedimentos indicados passarão a ser adotados para fins da correta mensuração dos custos associados ao Fundo de Cobertura de Benefícios Especiais (FCBE), cabendo ao Patrocinador prestar as referidas informações cadastrais.



4.7(i)	<p><i>“Exercer acompanhamento contínuo da qualidade da base de dados cadastrais de participantes e beneficiários, mediante implementação de análises de consistências dos dados recebidos dos patrocinadores e dos participantes, a fim de assegurar qualidade e consistências aos cálculos atuariais (item 3.2);”</i></p>	<p><i>A partir da entrada dos novos colaboradores foram criados novos mecanismos para mitigar eventuais inconsistências e aprimoramento dos mecanismos de detecção, controle e monitoramento, dentre eles ressaltam-se os seguintes:</i></p> <p><i>I - criação do manual do Patrocinador (documento que fornece orientações aos Patrocinadores a respeito dos procedimentos operacionais).</i></p> <p><i>II - apresentação/treinamento dos responsáveis sobre os procedimentos operacionais, tendo como o manual do Patrocinador um guia de referência.</i></p> <p><i>III - criação e disponibilização aos Patrocinadores do modelo de relatório de repasse das contribuições para facilitar o processo conciliação financeira.</i></p> <p><i>IV - solicitação formal aos Patrocinadores sobre a necessidade de disponibilização de informações referente a base de contribuição.</i></p> <p><i>V – realização de campanha de recadastramento com objetivo de obter os dados cadastrais dos Participantes que realizaram a inscrição com base na ficha de inscrição que não possuía todos os dados necessários para Entidade.</i></p> <p><i>VI - no que tange a novos procedimentos aos processos de detecção, controle e monitoramento, temos as seguintes ações:</i></p> <p><i>a) implantação de novo sistema de gestão previdenciária onde será possível definir regras de consistência dos dados e comunicação tempestiva aos Patrocinadores, além de definir, solicitar e receber novas informações relevantes ao processo de gestão previdenciária e atuarial;</i></p> <p><i>b) criação de instrução normativa para orientação dos Patrocinadores; e</i></p> <p><i>c) realização do mapeamento de processo da área de arrecadação e cadastro, no primeiro semestre de 2015. Nesta atividade contaremos com apoio especializado de um dos Patrocinadores.</i></p> <p><i>Acrescenta-se, ainda, que quanto ao Item 3.2.2 (saldos individuais divergentes): foram encaminhados ofícios aos Patrocinadores para manifestação e correção das divergências verificadas.</i></p>
--------	--	--

Comentários ASCOI:

- No primeiro trimestre foi iniciada a implantação do novo sistema previdenciário, licitado pela Fundação;
- foi concluída a migração da base cadastral para o novo sistema, já sendo possível analisar de forma sistêmica a consistência das informações;
- está em fase de parametrização o módulo previdenciário, para recepção das informações de.



- arrecadação;
- em 25 de junho foi publicada a Resolução Conjunta STF/MPU N° 1, de 23 de junho de 2015, que orienta os patrocinadores sobre o regime de previdência complementar, estabelece procedimentos operacionais para a aplicação do plano de benefícios e institui o Manual do Patrocinador;
 - foi implantado o Portal do Patrocinador, que centralizará o recebimento das informações disponibilizadas pelos órgãos patrocinadores, estabelecendo um canal direto de comunicação com a Funpresp-Jud;
 - o mapeamento dos processos de Arrecadação e de Cadastro foi concluído, inclusive com proposta de manual de operacionalização das atividades;
 - estão sendo desenvolvidos relatórios de acompanhamento das informações cadastrais dos participantes e de consistência dos dados, assim como o acompanhamento das contribuições e o resultado das análises efetuadas, os quais serão apresentados mensalmente aos órgãos estatutários.
 - em atenção as recomendações do Conselho Fiscal na 6ª sessão ordinária realizada em 15/06/2015, foi realizada a conferência do processo de arrecadação que foi dividida em duas etapas: a depuração macro e a depuração detalhada. Após a conclusão da segunda etapa, será expedido ofício por patrocinador, previsão 31/08/2015, com todos os questionamentos levantados, a fim de dirimir divergências e sanar eventuais inconsistências cadastrais e financeiras. O prazo previsto para finalizar a conciliação da arrecadação é 30 de setembro de 2015, entretanto, os ajustes dependem do recebimento das respostas dos patrocinadores.

Item	Processo de Orçamento, Contabilidade, Instrumentos de Gestão, Governança e Controle Interno
-------------	--

Recomendações Elencadas:	Providências adotadas ou esclarecimentos:
<p>4.7 (ii)</p> <p>“Realizar o efetivo monitoramento das execuções das despesas orçamentárias estabelecendo prioridades de gasto, e relatando as justificativas para os desvios mais significativos entre orçamentação e execução do orçamento”.</p>	<p><i>O processo de trabalho de programação e de acompanhamento da execução orçamentária está em processo de modelagem e redesenho com o objetivo de aperfeiçoar o fluxo de atividade e assegurar transparência aos participantes, patrocinadores Conselho Deliberativo e Fiscal.</i></p> <p><i>Como medida prática desde janeiro é emitido um relatório sobre a execução orçamentária enviado aos Conselhos Deliberativo e Fiscal em 30 dias após fechamento do período de referência com as seguintes características/periodicidade: sintético(mensal), analítico e comparativo (trimestral e anual).</i></p>

Comentários ASCOI:

Vale ressaltar que, em atendimento ao art. 19 do Regulamento do PGA, o Conselho Fiscal acompanha e controla a execução orçamentária e os indicadores de gestão das despesas administrativas, inclusive quanto aos limites e critérios quantitativos e qualitativos, por meio dos relatórios emitidos pela



CCONT/DIRAD e pelo relatório das informações trimestrais, emitidos pela Diretoria Executiva.

4.8	<i>“Aprimorar os controles sobre registros contábeis, de modo a assegurar agilidade e confiabilidade dos demonstrativos contábeis da entidade”.</i>	<i>O macroprocesso de contabilidade e os subprocessos que o influenciam foram mapeados, desenhado seu fluxograma e está em fase de implementação de uma série de medidas para sanear suas deficiências, tais como:</i> <ol style="list-style-type: none"><i>1. Organização e coordenação sobre as demandas de customização/ajuste no sistema da BBPrev;</i><i>2. Redução do tempo de resposta de suporte de TI da BBPrev;</i><i>3. Treinamento/consultoria sobre utilização do sistema da BBPrev;</i><i>4. Definição de pontos de controle do processo e de Nota Técnica acompanhada de balancetes mensais enviados ao Conselho Fiscal em 30 dias após fechamento do período de referência;</i><i>5. Abertura de processo com memorial/histórico das demonstrações contábeis a partir de novembro de 2014;</i><i>6. Elaboração de Orientação Interna que dispõe sobre procedimentos operacionais e prazos de encerramento de processos de trabalho que antecedem as demonstrações contábeis.</i>
-----	---	---

Comentários ASCOI:

- No primeiro trimestre foi iniciada a implantação do novo sistema previdenciário, licitado pela Fundação.
- foi concluída a migração do movimento contábil do ano de 2014 para o sistema Trust, possibilitando o encerramento do balanço de 2014 no novo sistema.
- no exercício de 2015 todas as despesas incorridas foram registradas nas contas de resultado do PGA; com isso a contabilização evidencia de forma transparente e correta a situação patrimonial da Entidade, conforme os Princípios de Contabilidade vigentes;
- definição, com o auxílio da consultoria PRP Serviços Contábeis, da natureza dos valores depositados pelos patrocinadores quando da criação da Funpresp-Jud e nova forma de contabilização das despesas, a partir da resposta dos patrocinadores à consulta feita sobre a natureza e a atualização dos recursos oriundos do aporte inicial a título de adiantamento de contribuições futuras;
- melhoria dos relatórios mensais entregues ao Conselho Fiscal, visando tornar a informação contábil mais clara e didática;
- planejamento e contratação do primeiro treinamento de contabilidade para EFPC direcionado para Conselheiros e para a equipe da Funpresp-Jud;
- adaptação do Plano de Contas da Fundação para o padrão SPED/RFB;
- implantação do módulo orçamentário e de cotização do sistema TrustPrev em fase de testes.

4.9	<i>“Realizar trabalho específico com objetivo de mensurar a efetiva</i>	<i>Será planejado e realizado trabalho específico de mensuração dos controles internos por meio da formulação de uma Matriz de Controle, de modo a constar quais as medidas já implantadas e a</i>
-----	---	--



implantação e o grau de funcionamento dos controles internos da entidade, encaminhando os resultados apurados ao Conselho Fiscal (item 3.5.1)”

implantar, sua efetividade e seu nível de atuação (estratégico / institucional / tático / operacional).

Referida Matriz de Controle necessita contemplar as normas, planos de monitoramento e programas estabelecidos, avaliando ainda os controles diretos aplicados pelas áreas técnicas nos processos e procedimentos relevantes sob a ótica do risco (impacto e probabilidade), bem como sua aferição pelas camadas de supervisão.

Este trabalho de mensuração demandará uma avaliação direta nas áreas, examinado suas rotinas e respectivos controles aplicados diretamente pelas unidades, e demais controles supervenientes.

Como medidas efetivas já implantadas, entre outras, mencione-se:

1 – Plano de monitoramento e avaliação do Planejamento Estratégico

Monitora o cumprimento do Planejamento Estratégico e do Plano de Ação Tático, suas respectivas metas e ações, bem como apura trimestralmente os indicadores de gestão e desempenho.

O primeiro ciclo de avaliação abrangeu o 3º trimestre de 2014, tendo sido documentado pelo respectivo Relatório (anexos) já encaminhado ao Conselho Fiscal.

Ao longo do 2º semestre foram realizadas reuniões com toda a equipe para avaliar o andamento das ações e implantar eventuais correções de rumo. Essas reuniões ocorreram em 18 de julho, 25 de setembro, 10 de outubro, 21 de novembro e 12 de dezembro de 2014.

O estágio das ações vinculadas aos objetivos estratégicos foi informado pelos gestores responsáveis das ações e validado pelo Diretor da área e constam do Anexo I do Relatório.

Os resultados dos indicadores e respectivas informações constam do Anexo II do Relatório, individualizados por indicador, tendo os formulários sido preenchidos pelos gestores das ações e validadas pelo Diretor da área.

2 - Programa de Controle Interno:

No último trimestre de 2014 foram realizados os trabalhos de acompanhamento das atividades da Folha de Pagamento de Pessoal e dos Contratos e Compras, cujos relatórios já foram encaminhados ao Conselho Fiscal. Abaixo o cronograma



FUNPRESP-JUD

Fundação de Previdência Complementar do
Servidor Público Federal do Poder Judiciário

completo:

Trabalho	Início	Fim
<i>Trabalho 1 - Acompanhamento dos Planos de Ação do Planejamento Estratégico</i>	01/10/2014	31/12/2014
<i>Trabalho 2 - Controles dos Investimentos</i>	05/01/2015	30/01/2015
<i>Trabalho 3 - Controle de Arrecadação e Cobrança de Contribuições</i>	02/02/2015	27/02/2015
<i>Trabalho 4 - Atualização e Controle dos Registros Cadastrais dos Participantes</i>	02/03/2015	31/03/2015
<i>Trabalho 5 - Folha de Pagamento de Pessoal</i>	06/10/2014	31/10/2014
<i>Trabalho 6 - Contratos e Compras</i>	03/11/2014	28/11/2014
<i>Trabalho 7 - Execução Orçamentária</i>	01/04/2015	30/04/2015
<i>Trabalho 8 - Lançamentos Contábeis</i>	04/05/2015	29/05/2015
<i>Trabalho 9 - Procedimentos de Armazenamento e Segurança de Dados</i>	01/06/2015	30/06/2015

Em janeiro de 2015, conforme previsão acima, foi realizado o acompanhamento da área de Investimentos, devendo o respectivo Relatório ser enviado ao Conselho Fiscal no mês de fevereiro.

Importante lembrar que a Fundação está em fase de implantação e consolidação de seus processos e procedimentos operacionais, com destaque para a implantação de novo sistema corporativo de previdência, bem como pelo início do trabalho de modelagem/mapeamento de processos, que conta com o assessoramento de consultores oriundos do Ministério Público da União.

Nesse cenário de estruturação e maturação é oportuno planejar o melhor cronograma de tarefas, pensando inclusive no custo/benefício do controle para evitar que o custo seja maior do que o benefício alcançado, ou mesmo sopesar o impacto nas rotinas das unidades. Isso sem no entanto se descuidar do dever de zelo, monitoramento e prevenção que todas as unidades e instâncias devem possuir.

Comentários ASCOI:

- No primeiro semestre ocorreu o monitoramento dos processos de arrecadação e execução orçamentária, no âmbito do Programa de Controle Interno – PCI.
 - O relatório de arrecadação foi emitido em março de 2015, com o objetivo de avaliar as atividades relacionadas ao processo de arrecadação de contribuições, de acordo com as normas regulamentares, verificando os controles praticados no monitoramento de prazos, procedimentos de cobrança de inadimplência, depuração e tratamento de contribuições indevidas e em atraso, e a conformidade quanto à alimentação das reservas individuais e fundo coletivo das contribuições vertidas ao plano.
- O relatório da execução orçamentária foi emitido em maio de 2015, com o objetivo de avaliar a execução orçamentária, acompanhando se as projeções estão acontecendo dentro do previsto, comparando o valor aprovado e o efetivamente realizado.
- Os relatórios foram encaminhados aos Conselhos fiscal e deliberativo para conhecimento e acompanhamento.
 - Considerando a posse desta Assessora de Controle Interno em julho, algumas atividades e relatórios decorrentes do Programa de Controle Interno estão em fase de alinhamento com as áreas e serão finalizadas durante o 2º semestre de 2015.

4.10

“Elaborar manual de governança, no qual estejam definidas as relações entre órgãos estatutários (entre si) e com participantes, assistidos, patrocinadores e outras partes interessadas, conforme disposição no §2º do art. 1º da Resolução CGPC nº 13, de 2004”.

Alinhado ao Objetivo Estratégico 05 - Implementar processos de trabalho ágeis, eficientes, efetivos e normatizados – foi planejado no orçamento de 2015 o desenvolvimento do projeto “Aperfeiçoamento da Governança via Contabilidade” que visa modelar processo de trabalho e estabelecer ferramentas de gestão de controle da governança via Contabilidade, contemplado todos os requisitos de conformidade com o objetivo de se tornar referência para EFPC com ativo de até 100 milhões.

A Funpresp-Jud pretende desenvolver o manual de governança recomendado pela Resolução CGPC nº 13/2014 durante o ano de 2015. A Fundação participará de projeto sobre previdência complementar dos servidores públicos que será conduzido pelo Banco Mundial em parceria com a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), que contará com a participação de especialista do Banco Mundial em governança desses fundos de pensão. O envolvimento no projeto auxiliará no desenvolvimento de manual de governança adaptado à realidade da Funpresp-Jud e inspirado nas melhores práticas observadas nos fundos de pensão similares em outros países.

Comentários ASCOI:

Está em fase de elaboração, conforme determinação do Conselho Fiscal, o Manual de Governança da Funpresp-Jud, com previsão de conclusão no 2º semestre/2015.



4.11	<p>“Realizar estudos, inclusive do ponto de vista jurídico, para a tomada de decisão quanto a possíveis provisionamentos de recursos para fazer face a eventual correção dos valores oriundos das contribuições antecipadas dos patrocinadores, conforme informado no Of. Nº 60/Presi-DE, de 5/5/2014”.</p>	<p>A Funpresp-Jud está realizando estudos subsidiado por debates com profissionais com expertise no tema. O assunto foi pautado na 19ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo realizada em 17 de dezembro de 2014, restando compreendido a necessidade de realizar uma consulta já enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF) e Ministério Público da União (MPU) em aguardamos um retorno. Além disso, foi publicado o Edital de Credenciamento 01/2015 com objetivo de contratar empresas especializadas de auditoria interna, externa e com expertise em consultoria contábil para entidades fechadas de previdência complementar (EFPC).</p>
4.13	<p>“Providenciar para que haja o detalhamento técnico do reconhecimento do intangível”.</p>	
<p>Comentários ASCOI:</p> <ul style="list-style-type: none">• Os recursos aportados pela União, a título de adiantamento de contribuições futuras para o funcionamento inicial da Entidade, a partir de dezembro de 2014, estão contabilizados como empréstimo remunerado e atualizados mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com base nos Protocolos de Compromisso firmados com o STF, em 18 de junho de 2015 – Ofício 141/GDG, e com o MPU, assinado em maio de 2015.• Vem sendo devidamente monitorada a evolução do montante do Empréstimo Remunerado, bem como a apropriação do aporte a título de contribuições futuras para cobertura das despesas administrativas até que a Funpresp-Jud alcance o ponto de equilíbrio operacional, ou seja, o montante de receitas administrativas supere o de despesas administrativas.		
4.12	<p>“Providenciar para que seja adquirido e posto em funcionamento o novo sistema, de modo que sejam produzidos relatórios contábeis e tempestivos e consistentes”.</p>	<p>A Funpresp-Jud realizou pregão eletrônico para contratação de empresa para fornecimento de licença de uso de software integrado de gestão de previdência, no dia 9 de dezembro. O software contemplará os serviços de gestão previdenciária, administrativa, financeira, orçamentária, controladoria e investimentos, incluindo, também, configuração do ambiente e treinamento presencial para uso da ferramenta, além de suporte técnico e acompanhamento durante o período contratual. A implantação tem prazo até o fim de julho. Entretanto avaliamos a possibilidade de adiantar o cronograma e iniciar uma operação assistida da ferramenta ainda no mês de abril de 2015.</p>



Comentários ASCOI:

- No primeiro trimestre foi iniciada a implantação do novo sistema previdenciário, licitado pela Fundação.
- Foi concluída a migração do movimento contábil do ano de 2014 para o sistema TrustPrev, possibilitando o encerramento do balanço de 2014 no novo sistema.
- Foi concluída a migração da base cadastral para o novo sistema, já sendo possível analisar de forma sistêmica a consistência das informações.
- A implantação do módulo orçamentário e de cotização do sistema TrustPrev está em fase de testes.
- Está em fase de parametrização o módulo previdenciário, para recepção das informações de arrecadação.

4.14

“Providenciar para que a elaboração do orçamento para 2015 seja aprovado ainda no exercício de 2014, em respeito às regras e princípios orçamentário”.

O macroprocesso de orçamento foi modelado e aperfeiçoado com a criação de planos internos, caderno de proposta orçamentária com memória de cálculos. O Conselho Deliberativo o aprovou em sua 18ª reunião extraordinária ocorrida em 09/12/2014. O caderno da Proposta Orçamentária foi também apresentado e enviado ao conselho fiscal em 2014 e com revisitação na 1ª reunião de 2015. Além disso, está em desenvolvimento um estudo para redução de despesas em alinhamento a meta de reduzir em 30% a despesa per capita (base anual) definida no Planejamento Estratégico Institucional.

Comentários ASCOI:

O orçamento de 2015 foi aprovado pelo Conselho Deliberativo para os meses de janeiro a março, na 18ª sessão extraordinária ocorrida em 09 de dezembro de 2014, na qual foi solicitado estudo de redução de despesa. Em 15 de abril de 2015, o Conselho Deliberativo aprovou a reprogramação do orçamento, conforme estudo para redução de despesas do exercício de 2015.

4.15

“Providenciar para que conste em poder da Fupresp-Jud das declarações de renda dos dirigentes nos momentos da posse e desligamento”.

Informo que constam as declarações de renda dos atuais dirigentes e dos ex-dirigentes nos arquivos da Coordenadoria de Gestão de Pessoas, devendo ser atualizados no exercício de 2015 até junho.

Comentários ASCOI:

Todas as declarações de renda dos atuais dirigentes constam no arquivo sob a guarda da Coordenadoria de Gestão de Pessoas.



FUNPRESP-JUD

Fundação de Previdência Complementar do
Servidor Público Federal do Poder Judiciário

7.6 Acompanhamento dos apontamentos da PREVIC

No primeiro semestre de 2015 não houve recomendações e/ou apontamentos pela Superintendência de Previdência Complementar – PREVIC.

7.7 Acompanhamento das recomendações do Conselho Fiscal

Na Manifestação do Conselho Fiscal, referente ao 2º semestre de 2014, restaram as seguintes recomendações:

- (a) que a Funpresp-Jud continue envidando esforços para ampliar a base de participantes;*
- (b) que esses esforços se estendam para ampliar os participantes enquadrados no inciso II do art. 3º da Lei 12.618, de 2012, tendo em vista que o prazo de opção, nos termos do § 7º desse mesmo artigo ocorrerá, no caso desta Fundação, em 13 de outubro de 2015; e*
- (c) continuidade das rotinas de recadastramento e testes de consistências para fins de possibilitar informações com a qualidade necessária para a execução dos cálculos atuariais.*

Em linha com a recomendação constante do item (a), com o objetivo de fomentar adesões, divulgar e promover a Funpresp-Jud e o Plano de Benefícios para o público-alvo foram realizadas, pelo Diretor de Seguridade, 23 (vinte e três) apresentações para um público estimado de 1.440 (um mil quatrocentos e quarenta) membros e servidores dos órgãos patrocinadores, além da apresentação realizada no patrocinador TRT10, pelos assistentes lotados na área de Relacionamento com Participantes da Fundação, cujo público foi de 70 (setenta) pessoas.

Foi desenvolvido novo material de divulgação: folder do participante vinculado, revisão do folder do patrocinado, Informativo do Patrocinador e a primeira edição do Funpresp-Jud Notícias, novo canal de comunicação com o participante.

Destaca o relatório referente ao 2º trimestre, “Dando consecução à Estratégia de Comunicação e Marketing – 2015, com objetivo de intensificar a divulgação do Plano de Benefícios JUSMP-PREV e incrementar a adesão de participantes patrocinados e vinculados junto aos membros e servidores, foram realizadas palestras no Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Conselho da Justiça Federal, Conselho Nacional do Ministério Público, Seção Judiciária de São Paulo, Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso e Escola Superior do Ministério Público da União.

Foi realizado em abril o I Evento de Educação Financeira e Previdenciária 2015, no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com palestras ministradas pelo Diretor de Seguridade e pelo Coordenador de Investimentos e Finanças, Gilberto Stanzione.



FUNPRESP-JUD

Fundação de Previdência Complementar do
Servidor Público Federal do Poder Judiciário

No tocante aos eventos, cabe destacar a realização do I Encontro Regional de Gestão de Pessoas 2015, no período de 15 a 29 de junho, em Brasília (15), Porto Alegre (16), São Paulo (18), Salvador (26) e Belém (29), abordando governança, fiscalização, patrimônio da Funpresp-Jud, estratégia de comunicação e marketing para 2015, política de investimentos, comparativo da rentabilidade do Plano de Benefícios, número de participantes, além de informações sobre as características do Plano de Benefícios e a divulgação do lançamento do Portal do Patrocinador.

Na ocasião foi lançado o Prêmio Funpresp-Jud 2015, regulamentado pelo Edital nº 7, de 17/06/2015, que consiste em duas premiações, uma para um concurso de projeto acadêmico e intelectual de educação financeira e previdenciária e uma para campanha de adesão.

Para aproximar a Fundação dos patrocinadores, a Diretora-Presidente e Diretor de Seguridade se reuniram com os Diretores-Gerais ou Secretários-Gerais do STF, do MPU, do CNJ, do CJF, do CNMP, do CSJT, do TST, do TJDFT, do MPDFT, do MPT, TRF 1ª Região, da Seção Judiciária do DF, do MPM, do STJ e do STM.

Finalmente, para reforçar a imagem e a credibilidade da Fundação foram veiculadas matérias na mídia especializada (Revista Fundos de Pensão, Diário Fundos de Pensão, Investidor Institucional e AssPreviSite), nos patrocinadores (TV Justiça, TRT 10ª Região, CNJ, TJDFT, STF, TRF 1ª Região, TRT 8ª Região e MPF) e nas associações (Ajufe).

Com relação à recomendação do item (b), a Diretoria Executiva decidiu que será publicada uma edição especial do Informativo do Patrocinador, contendo orientações, perguntas e respostas sobre o prazo previsto no § 7 do art. 3º da Lei 12.618/2012, bem como as condições para a opção de migração de regime previdenciário.

Destacamos os seguintes procedimentos adotados pela Coordenadoria de Arrecadação e Cadastro - COARC, especialmente para mitigar riscos e eventuais inconsistências na base cadastral, bem como para aprimorar os mecanismos de controle da arrecadação:

- migração da base cadastral do sistema de gestão previdenciária do Banco do Brasil para o sistema TrustPrev, possibilitando analisar de forma sistêmica a consistência das informações;
- análise da base cadastral no sistema TrustPrev, comparando com as fichas de inscrição dos participantes;
- criação de relatório cadastral via ferramenta de BI (Business Intelligence);
- mapeamento dos processos de arrecadação e cadastro;
- está em fase de elaboração relatório, que será emitido mensalmente, com o acompanhamento das informações cadastrais e financeiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram consideradas as atividades de estruturação dos principais processos e procedimentos das unidades com vistas à implantação de controles internos e gestão de riscos para atendimento à Resolução CGPC nº 13, de 2004, em linha com as Diretrizes Estratégicas da Fundação.

Verifica-se um notável trabalho das áreas técnicas e da administração no sentido da correta implantação dos processos de trabalho, observando-se constante e consistente aprimoramento e estruturação.

Esta Assessoria mantém as recomendações, constantes do relatório do semestre anterior, de melhores práticas para apreciação e desejável adoção gradual ao longo dos próximos exercícios:

- concluir o mapeamento e normatização dos processos, com correspondente elaboração de manuais de procedimentos contendo documentação descritiva dos processos e seus responsáveis;
- aprimorar a rotina de controle da arrecadação e respectivo processo de conciliação dos valores recebidos;
- avaliar o desempenho dos prestadores de serviço;
- implantar política de segurança da informação;
- estruturar controles internos próprios de cada área aplicados no desempenho das atividades, seja por meio da adoção de rotinas, sistemas, relatórios ou procedimentos de verificação, remetendo os resultados alcançados às instâncias de controle;
- programar junto às áreas a mensuração da implantação e do grau de funcionamento dos controles internos aplicados pelas unidades operacionais, conforme recomendação do Conselho Fiscal e da Auditoria dos Patrocinadores;
- desenvolver a cultura de relatórios gerenciais de atividades das áreas internas, que descrevam com tempestividade e adequação as principais ações desempenhadas, os controle aplicados e os resultados obtidos;

CONCLUSÕES

O presente Relatório consolidado apresentou as justificativas, consubstanciadas nos Relatórios Gerenciais das áreas, quanto à aderência da gestão dos recursos garantidores às normas e à política de investimentos, à aderência das premissas e hipóteses atuariais e o acompanhamento da execução orçamentária, em face dos normativos vigentes. Analisou igualmente as ações relacionadas à estruturação dos controles internos e à gestão de riscos da Entidade.

No aspecto da avaliação de riscos, destaca-se o trabalho de mapeamento de processos já iniciado, estando alinhado com a estratégia, com os objetivos e com as ações da Fundação. Esta Assessoria está participando do mapeamento de processos, com o objetivo de conhecer as atividades das áreas técnicas e sugerir as melhorias do ponto de vista de controle.

Destaque igualmente para a implantação do novo sistema corporativo de gestão previdenciária, contribuindo de forma considerável para a automatização de procedimentos e consequente eficiência e melhoria contínua dos processos.

Na questão dos processos de trabalho e de controle, o **Conselho Fiscal** registrou no seu relatório referente ao 1º semestre de 2014:

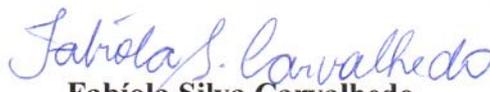
Importante salientar que, com a composição da estrutura administrativa da Fundação, os processos de trabalho e de controle começam a tomar forma e consistência. Assim, a atuação deste Conselho não só durante o primeiro semestre tem por fim maior o aperfeiçoamento dos controles internos e o trato correto dos recursos recebidos pela Funpresp-Jud, bem como do seu patrimônio.

A sedimentação dos procedimentos que busquem implementar uma cultura institucional de controles prévios e de transparência possibilitará o atingimento de seu objetivo maior, que é cuidar do futuro de seus participantes de forma perene e equilibrada.

Nesse contexto de consolidação da Fundação é fundamental implantar e padronizar os seus procedimentos internos, concentrando esforços na execução das ações e projetos previstos no Planejamento Estratégico e no Plano de Ação Tático.

Conclui-se que as premissas atuariais adotadas estão adequadas, refletindo o comportamento do Plano de Benefícios, bem como há adequação na gestão dos investimentos e na execução orçamentária, estando enquadradas na legislação vigente, consideradas as condições apresentadas referentes à fase de estruturação da Funpresp-Jud.

Brasília, 24 de agosto de 2015.


Fabíola Silva Carvalho
Assessora de Controle Interno

1. Ciente.
2. Encaminhe-se o presente Relatório para conhecimento e apreciação da Diretoria-Executiva, e posterior envio aos Conselhos Deliberativo e Fiscal.


ELAINE DE OLIVEIRA CASTRO
Diretora-Presidente